REVISTA CEBRACH

NOV. DE 2026 EDIÇÃO 2

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS BRASIL-CHINA

AMEAÇA CHINESA

Autores do CEBRACH lançam livro para explorar as visões do Ocidente sobre a China

LANÇAMENTO

Livro sobre perspectiva ecológica da modernização chinesa tem eventos de lançamento por todo Brasil

CHINA E BRASIL

Reflexões sobre a parceria entre os países

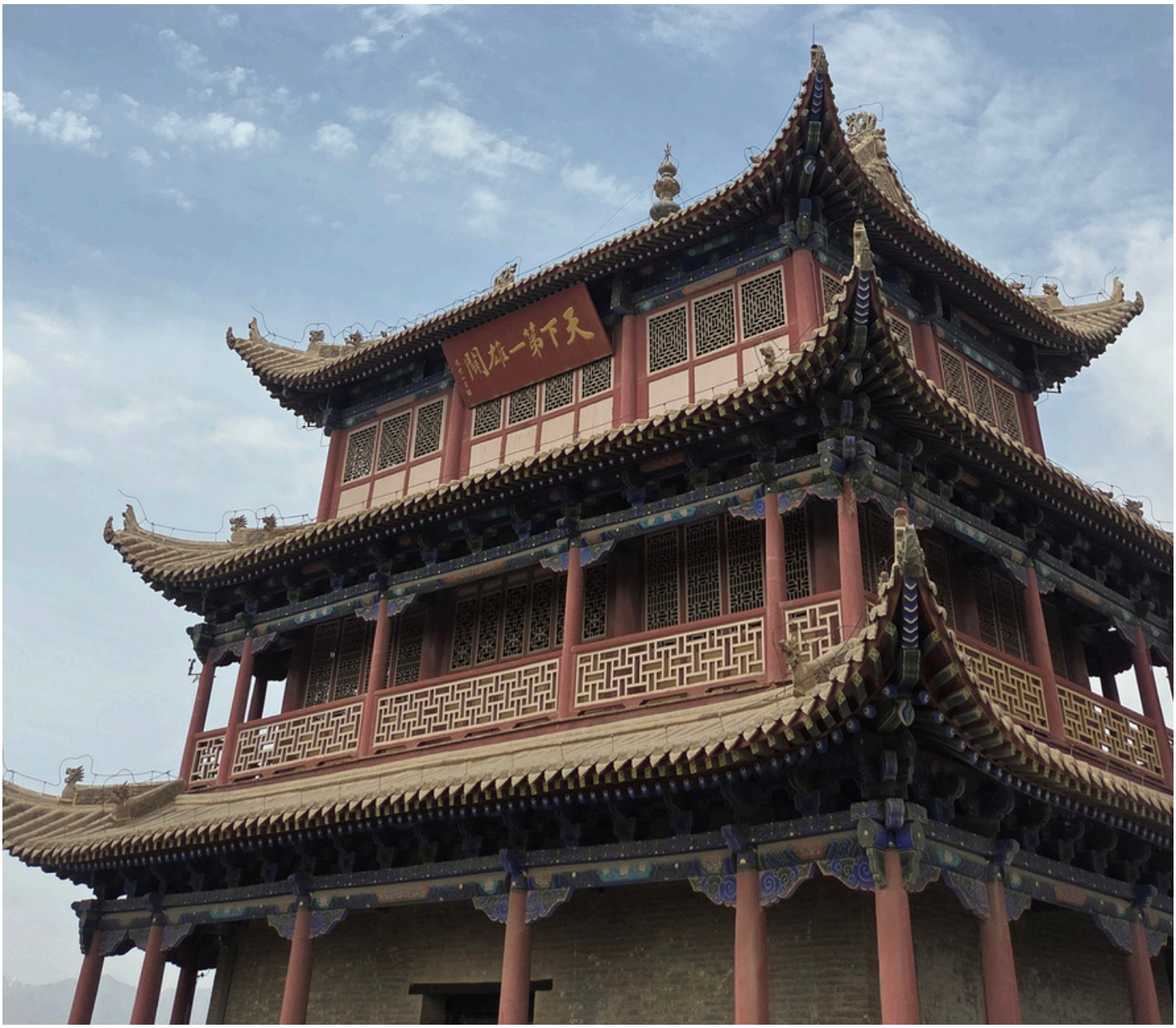


Foto: Gabriela Beraldo.

Revista Cebrach

A **Revista Cebrach** é uma publicação mensal do Centro de Estudos Avançados Brasil China (Cebrach)

Diretoria do Cebrach:

Presidente:
Ricardo Abreu de Melo

Secretário Geral:
Felipe Spadari da Silva

Tesoureiro:
Luis Carlos de Sousa Pereira

Diretor Acadêmico e de Pesquisas:
Diego Pautasso

Diretor de Cultura:
Lucas Gomes Chen

Diretora de Políticas Públicas:
Isis Paris Maia

Diretor de Relações Institucionais:
Nilton Vasconcelos Júnior

Diretor de Relações Empresariais:
Ricardo Leyser Gonçalves

Primeiro Diretor de Comunicação:
Theófilo Rodrigues

Segunda Diretora de Comunicação:
Gabriela Beraldo Rodriguez

Diretora de Complexo Industrial da Saúde e Cooperação Sino-Brasileira:
Julieta Palmeira

Diretora de Eventos e Relações Públicas:
Rosanita Monteiro de Campos

Diretor de Cooperação Universitária Brasil-China para o Desenvolvimento Sustentável:
Rodrigo Silva Moura

Conselho Consultivo:
Agenor Silva Junior; Caroline Cicarello; Durval Noronha; Daniel Almeida; Elias Jabbour; Elza Kraychete; Erenice Guerra; Euzébio Jorge Silveira de Sousa; Fabio Tokarski; Fernando Marinho Mezzadri; Javier Vadell; Luis Antonio Paulino

A **Revista Cebrach** está disponível para download gratuito no formato PDF. Acesse: www.cebrach.org

Editor:
Theófilo Rodrigues

Jornalista responsável:
Gabriela Beraldo Rodriguez

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados Brasil China (Cebrach).

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Como citar:

REVISTA CEBRACH. São Paulo: Cebrach, n.02, nov. 2026.

Contato:
www.cebrach.org
Instagram: @cebrach.oficial

Sumário

Lançamentos de Livros

04 Pesquisadores do Cebrach lançam livro que desmonta a narrativa da "ameaça chinesa"

05 Livro sobre transição ecológica chinesa percorre quatro capitais brasileiras em lançamentos promovidos pela Grabois e pelo Cebrach

Resenhas

07 Civilização ecológica: o reencontro do Estado socialista com a natureza, *por Theófilo Rodrigues*

10 Desenvolvimento Verde China América Latina, *por Isis Paris Maia*

Cooperação Brasil-China

12 Cooperação com a China reposiciona o Brasil no cenário internacional, *por Walter Sorrentino*

20 Parceria Brasil-China: Saúde e Soberania Digital, *por Wellington Pinheiro*

28 Cultura Hehe (和合): a filosofia da harmonia sem uniformidade nas relações China-Brasil e nosso futuro compartilhado, *por Iago Montalvão*

Economia

31 Planejamento e mercado na China: como o Estado orienta os investimentos, *por Nilton Vasconcelos*

35 A Geoestratégia de Shenzhen: Modernização Industrial, Desenvolvimento Urbano e o Retorno de Hong Kong à República Popular da China, *por André Victor Mendes Rosa*

39 Desenvolvimento qualitativo: porque o crescimento do PIB não é um problema para a China, *por Thomaz José Portugal*

Editorial

Chegamos à segunda edição da **Revista Cebrach**, reafirmando nosso compromisso com a produção e a difusão de conhecimento sobre a China contemporânea e as relações entre Brasil e China. Se a primeira edição marcou a abertura de um espaço de reflexão e intercâmbio acadêmico, esta nova publicação representa mais um passo na consolidação desse projeto editorial. Em suas páginas, reunimos análises e reflexões que percorrem diferentes dimensões da experiência chinesa, da transição ecológica ao planejamento econômico, da inovação tecnológica à saúde digital, da cultura às relações internacionais. São contribuições que buscam superar visões simplificadoras e estereótipos ainda presentes no debate público, oferecendo instrumentos para compreender a complexidade das transformações em curso na China e suas implicações para o Brasil e para o mundo.

Esta edição também nos convida a pensar sobre as possibilidades abertas pela aproximação entre os dois países em um cenário internacional marcado por profundas mudanças geopolíticas, tecnológicas, econômicas e ambientais. A cooperação sino-brasileira não deve se limitar às oportunidades comerciais, mas pode constituir um caminho estratégico para fortalecer a soberania nacional, ampliar capacidades científicas e produtivas e construir alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis e inclusivas.

Para isso, é fundamental aprofundar o conhecimento mútuo, estimular o diálogo entre pesquisadores e instituições e valorizar o intercâmbio entre diferentes tradições culturais e intelectuais. É essa perspectiva que orienta o trabalho do Cebrach e anima a continuidade desta revista: contribuir para um debate público qualificado, plural e comprometido com a construção de um futuro compartilhado entre Brasil, China e os povos do Sul Global.

Boa leitura!

Lançamento de Livro

Pesquisadores do Cebrach lançam livro que desmonta a narrativa da "ameaça chinesa"

Os pesquisadores do Cebrach Diego Pautasso e Isis Paris Maia são os autores do livro "Quem tem medo da China? A construção da ameaça chinesa". A obra investiga como o Ocidente — com destaque para os Estados Unidos e suas elites associadas — criou e alimenta a narrativa da "ameaça chinesa" para justificar estratégias de contenção geopolítica e econômica.



A Editora de Cultura lançou em abril deste ano o livro "Quem tem medo da China? A construção da ameaça chinesa", de Diego Pautasso e Isis Paris Maia. A obra propõe uma leitura crítica e historicamente fundamentada sobre a maneira como a China passou a ocupar o centro de narrativas de ameaça no cenário internacional.

Com linguagem acessível, sem renunciar à densidade analítica, o livro desmonta o vocabulário intencionalmente estruturado para vilanizar a ascensão chinesa; ressaltando expressões como autoritarismo, armadilha da dívida, violações de direitos humanos e neoimperialismo; e evidenciando como essas narrativas têm sido mobilizadas para legitimar políticas de contenção da expansão chinesa por parte dos Estados Unidos e de outras nações ocidentais.

Ao percorrer episódios recentes, do chamado Pivô da Ásia à guerra comercial e tecnológica, até a formulação de uma nova Guerra Fria, os autores mostram como a construção da ideia de ameaça está no centro das disputas contemporâneas. Nesse contexto de transição sistêmica, emergem não apenas os limites e tensões da ordem internacional, mas também as disfunções internas das potências tradicionais.

Entre a ameaça fabricada e a reconfiguração da imagem do Dragão, "Quem tem medo da China?" convida o leitor a ir além de idealizações e etnocentrismos, oferecendo ferramentas para compreender o percurso singular de desenvolvimento e inserção internacional que a China vem construindo.

Sobre os autores:

Diego Pautasso é doutor (2010), mestre (2006) em Ciência Política e graduado (2003) em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Diretor de Pesquisas do Cebrach.

Isis Paris Maia é historiadora (2020), mestre (2023) e doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professora colaboradora da Pós-Graduação em China Contemporânea da PUC-Minas e Diretora de Políticas Públicas do Cebrach.

Serviço

Título: Quem tem medo da China? A construção da ameaça chinesa
Autores: Diego Pautasso e Isis Paris Maia
ISBN: 978-6557480878
Editora: Editora de Cultura
Ano de publicação: 2026
Edição: 1ª
Páginas: 184
Dimensões: 23cm x 16cm x 1,5 cm
Peso: 310g
Preço: R$ 60,00
Disponível para compra online

Lançamento de Livro

Livro sobre transição ecológica chinesa percorre quatro capitais brasileiras em lançamentos promovidos pela Grabois e pelo Cebrach

Em parceria com a Fundação Maurício Grabois, o Cebrach realizou nos últimos meses diversos eventos de lançamento do livro Perspectiva ecológica da modernização chinesa. Os eventos aconteceram em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Brasília.

Da redação

A Fundação Maurício Grabois e o Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach) promoveram, em 2026, lançamentos e debates em diferentes regiões do país sobre o livro Perspectiva Ecológica da Modernização Chinesa, de Zhang Yongsheng. Publicada em português em parceria com a Editora Chongqing, a obra apresenta a concepção chinesa de civilização ecológica e discute as relações entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. As atividades reuniram pesquisadores, representantes políticos e integrantes de instituições brasileiras e chinesas para debater a experiência da China e os desafios da transição ecológica.

Bahia: Em Salvador, o lançamento foi realizado em 8 de julho, no Sindicato dos Bancários. A programação contou com exposição de Nilton Vasconcelos, diretor do Cebrach, comentários de Daniel Almeida, Kitty Tavares e Déborah Irineu, e mediação de Everaldo Augusto. O encontro apresentou ao público baiano a proposta de modernização ecológica discutida no livro e abriu espaço para o debate sobre alternativas de desenvolvimento diante da crise climática.



Brasília: Em 3 de agosto, a Câmara dos Deputados sediou o lançamento nacional da edição brasileira do livro, durante o evento "Brasil-China: Construindo um Futuro Compartilhado", realizado no contexto do Ano Cultural Brasil-China. A atividade reuniu o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, o presidente do Cebrach, Ricardo Abreu, a diretora de Políticas para a Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Inamara Mélo, e o deputado federal Daniel Almeida (PCdoB), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China.



A programação incluiu ainda uma exposição fotográfica da Agência de Notícias Xinhua. Durante o evento, Inamara Mélo ressaltou a importância de ampliar o debate sobre a crise ecológica para além das universidades, envolvendo gestores públicos, partidos, organizações sociais e agentes econômicos.

São Paulo: A cidade de São Paulo contou com a realização de duas atividades de lançamento. No dia 06 de agosto, o Instituto Confúcio na Unesp sediou o lançamento. O lançamento teve uma palestra da Mariana Moura, professora da Faculdade de Letras da Unesp, Araraquara, e contou

com uma mesa de debate composta por Walter Sorrentino, presidente da Fundação Maurício Grabois, Alessandro Bender, Coordenador da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas (SECLIMA), e o Prof. Dr. Luís Antonio Paulino, diretor do Instituto Confúcio na Unesp.



No dia 20 de agosto, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP) recebeu outro lançamento da obra, acompanhado de um debate sobre planejamento estatal, descarbonização e governança ambiental. O presidente da Fundação Maurício Grabois, Walter Sorrentino, destacou as possibilidades de atuação conjunta entre Brasil e China na agenda climática internacional. Participaram também do evento o presidente do Conselho Superior da Fesp-SP, Ubiratan de Paula Santos, a professora do MBA de Geopolítica e Transição Energética da Fesp-SP, Ana Paula Bernardes, e o pesquisador da Cátedra Celso Furtado da Fesp-SP, Fernando Garcia. Eles discutiram as mudanças na economia chinesa e os desafios de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental.



Rio de Janeiro: A programação chegou ao Rio em 28 de agosto, durante a FLIV 2026 — Festival do Livro Vermelho. O debate, realizado no Sinttel-Rio, reuniu cerca de 100 pessoas e contou com a participação do professor da UERJ Elias Jabbour, da deputada estadual Dani Balbi (PCdoB), do professor da UFRJ Euzébio Jorge e do doutorando do Iuperj Thomaz Portugal, com mediação do professor Theófilo Rodrigues.

As intervenções abordaram a modernização chinesa, o conceito de civilização ecológica e as possibilidades de aproximar a experiência internacional dos desafios ambientais e econômicos brasileiros.



Com os lançamentos, a Fundação Maurício Grabois e o Cebrach ampliaram a circulação no Brasil de uma obra dedicada à experiência chinesa de modernização ecológica. Os debates também contribuíram para aproximar pesquisadores, instituições e agentes públicos interessados nas relações Brasil-China e nas alternativas para enfrentar a crise climática.

Serviço

Título: Perspectiva ecológica da modernização chinesa
Autor: Zhang Yongsheng
Tradutor: Bernardo Joffily
ISBN: 978-65-89805-62-5
Editoras: Fundação Maurício Grabois e Editora Chongqing
Ano de publicação: 2026
Edição: 1ª
Páginas: 176
Dimensões: 23cm x 16cm x 1cm
Peso: 300g
Preço: R$ 70,00
Disponível para compra online.

Resenha

Civilização ecológica: o reencontro do Estado socialista com a natureza

Recém-lançado no Brasil, Perspectiva ecológica da modernização chinesa, de Zhang Yongsheng, apresenta a civilização ecológica como o novo paradigma que orienta a estratégia de desenvolvimento da China contemporânea.



Por Theófilo Rodrigues

É sabido que a questão ambiental esteve presente desde o início na teoria marxiana e engelsiana. Para os fundadores do materialismo histórico, o capitalismo havia levado o mundo a uma separação entre natureza e sociedade e somente o socialismo poderia promover esse reencontro. Isso é o que dizia o jovem Friedrich Engels, já em 1843, quando previa que a sociedade do futuro iria promover "a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma" [1].

Seu jovem parceiro, Karl Marx, nos Manuscritos de Paris, de 1844, formulou ideia semelhante quando sugeriu que somente a suprassunção positiva da propriedade privada seria "a verdadeira dissolução do antagonismo do homem com a natureza e com o homem" [2]. Na Ideologia alemã, texto escrito entre 1845 e 1846, Marx e Engels alertaram para a falta de sentido desse divórcio, pois "enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente" [3]. Em sua obra mais madura, O Capital, Marx retornou ao tema e demonstrou que o capitalismo "desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra" [4].

As experiências socialistas do século XX, no entanto, tiveram dificuldades em promover políticas para a superação dessa ruptura metabólica, para o reencontro da sociedade com a natureza, ou, ao menos, trataram essa questão de forma contraditória. É bem verdade que a URSS foi positivamente pioneira em diversos aspectos relacionados à questão ambiental. Vale lembrarmos do Grande Plano Stalinista para a Transformação da Natureza de 1948 – o maior plano de florestamento em toda a história até aquele

momento -, da Conferência Bolchevique sobre o Problema da Modificação Climática pelo Homem de 1961 – a primeira conferência do tipo na história -, ou dos inovadores estudos da climatologia soviética. Mas, não obstante as inúmeras inovações sociais e tecnológicas que certamente ficaram de legado do Estado soviético, não se pode ignorar que aquele período foi também o momento do desastre nuclear de Chernobyl, da poluição do Lago Baikal ou do desvio de rios que culminou na seca do Mar de Aral [5].

A partir do conceito de civilização ecológica, o Estado socialista chinês tem buscado demonstrar na última década que o desenvolvimento deve ser medido não apenas pelo crescimento quantitativo da economia, mas também pela qualidade ambiental, pelo bem-estar social e pela sustentabilidade.

O Estado socialista chinês também conviveu com essa contradição no século XX. A rápida industrialização da China, especialmente nas últimas décadas do século XX, foi acompanhada pelo agravamento de diversos problemas ambientais, como a poluição do ar causada pelo uso intensivo do carvão, a contaminação das águas e dos solos, a degradação de ecossistemas, o desmatamento e a perda de biodiversidade. Ou seja, a expansão desordenada da produção industrial e agrícola provocou impactos duradouros sobre o meio ambiente.

Uma inflexão decisiva, no entanto, ocorreu no início do século XXI. Embora o conceito de civilização ecológica tenha sido introduzido oficialmente em 2007, foi a partir da ascensão de Xi Jinping, em 2012, que ele passou a orientar a estratégia nacional de desenvolvimento da China. A partir do conceito de civilização ecológica, o Estado socialista chinês tem buscado demonstrar na última década que o desenvolvimento deve ser medido não apenas pelo crescimento quantitativo da economia, mas também pela qualidade ambiental, pelo bem-estar social e pela sustentabilidade. Esse é o argumento de "Perspectiva ecológica da modernização chinesa", livro do professor Zhang Yongsheng que acaba de ser lançado no Brasil.

Yongsheng apresenta a civilização ecológica como um novo paradigma de desenvolvimento capaz de responder aos limites históricos da civilização industrial. O autor sustenta que a crise climática, a degradação ambiental e o esgotamento do modelo baseado na expansão ilimitada da produção e do consumo exigem uma redefinição da própria ideia de modernização. Em contraposição ao modelo ocidental, a experiência chinesa propõe integrar crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico, tendo como princípio a coexistência harmoniosa entre ser humano e natureza. Para isso, defende uma transformação que envolve mudanças nos valores, nos padrões de produção e consumo, nas instituições públicas e no planejamento estatal, articulando inovação tecnológica, desenvolvimento verde e cooperação internacional. Mais do que uma agenda ambiental, a civilização ecológica é apresentada como uma nova forma de organização da sociedade e um caminho para uma modernização sustentável voltada ao bem-estar coletivo e ao futuro compartilhado da humanidade [6].

Em contraposição ao modelo ocidental, a experiência chinesa propõe integrar crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ecológico, tendo como princípio a coexistência harmoniosa entre ser humano e natureza.

O aspecto mais original da obra talvez seja justamente deslocar o debate ambiental do campo exclusivo da política ecológica para o da teoria da modernização. Em sua interpretação, a crise ambiental não decorre apenas de falhas regulatórias, mas dos próprios fundamentos da civilização industrial. Essa nova perspectiva está registrada oficialmente, como podemos ver no informe ao 20º Congresso Nacional do PCCh feito por Xi Jinping: "Devemos defender e agir segundo o conceito de que 'águas límpidas e montanhas verdejantes valem tanto quanto montes de ouro e prata', bem como lembrar de manter a harmonia

entre o ser humano e a natureza ao planejar o desenvolvimento do país" [7].

A edição brasileira de "Perspectiva ecológica da modernização chinesa" é fruto da parceria entre a Fundação Maurício Grabois, o Centro de Estudos Avançados Brasil-China (Cebrach) e a editora Anita Garibaldi, com a editora Chongqing. De fato, esta obra é a primeira de uma série de seis livros intitulada Seis Perspectivas da Modernização Chinesa, lançada em 2023 pela Chongqing Publishing House, e que agora está sendo traduzida e publicada no Brasil graças a uma parceria com a Fundação Maurício Grabois.

A publicação dessa coleção em português representa uma oportunidade rara para o público brasileiro conhecer diretamente a formulação teórica chinesa sobre a modernização. Independentemente das posições do leitor, trata-se de uma obra relevante para compreender como a China procura fundamentar conceitualmente sua estratégia de desenvolvimento no século XXI, ampliando o acesso a perspectivas que raramente chegam ao debate brasileiro por meio de traduções diretas de obras produzidas por intelectuais chineses.

Notas:

[1] ENGELS, F. Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude. São Paulo: Boitempo, 2021. (p. 167)

[2] MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004. (p. 105)

[3] MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. (p. 86-87)

[4] MARX, K. O Capital. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. (p. 572)

[5] FOSTER, John Bellamy. "Late Soviet Ecology and the Planetary Crisis," Monthly Review 67, no. 2 (June 2015): 1–20.

[6] YONGSHENG, Zhang. Perspectiva ecológica da modernização chinesa. São Paulo, SP: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2026.

[7] Ibid., p. 25.

Theófilo Rodrigues *é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UCAM. É editor da Revista Princípios e Diretor de Comunicação do Cebrach.*



Resenha

Desenvolvimento Verde China América Latina

Em resenha, Isis Paris Maia analisa o livro Desenvolvimento Verde China América Latina, organizado por Guo Cunhai e Márcio Pochmann, destacando como a cooperação em desenvolvimento verde, inovação e transição energética pode fortalecer novas formas de desenvolvimento sustentável e de cooperação Sul-Sul.

Por Isis Paris Maia

GUO, Cunhai; POCHMANN, Márcio (org.). Desenvolvimento Verde China América Latina. Pequim: Editora Chaohua, 2026. 347 p.



A crise ecológica contemporânea e as possibilidades de construção da sustentabilidade constituem o tema central da obra Desenvolvimento Verde China América Latina, organizada por Guo Cunhai e Márcio Pochmann. Publicado em 2026 pela Chaohua Publishing House, o livro reúne pesquisadores chineses e latino-americanos em torno de uma agenda que articula desenvolvimento, sustentabilidade, inovação tecnológica, transição energética e cooperação entre países do Sul Global. No caso em tela, a América Latina possui recursos naturais estratégicos, biodiversidade e expressiva capacidade de geração de energia limpa, enquanto a China acumulou capacidades industriais, tecnológicas e financeiras decisivas para a transição verde.

Após a acelerada industrialização e suas profundas contradições ambientais, a China vem promovendo uma transformação de seu modelo de desenvolvimento, cada vez mais ancorado na restauração ambiental e na sustentabilidade. A experiência chinesa é particularmente interessante por procurar superar a falsa dicotomia entre crescimento econômico e preservação ambiental, sem recorrer necessariamente ao decréscimo econômico ou à contenção das forças produtivas como resposta à crise ecológica. Em seu lugar, a categoria de Civilização Ecológica procura incorporar a sustentabilidade ao próprio processo de modernização, mobilizando planejamento estatal, inovação tecnológica, economia circular e reorganização das cadeias produtivas. Nesse paradigma, em lugar de serem concebidos como categorias antagônicas, desenvolvimento e sustentabilidade passam a ser compreendidos como dimensões articuladas, de modo que a expansão das capacidades produtivas, tecnológicas e estatais contribua para criar as condições materiais e institucionais necessárias à sustentabilidade.

É nesse ponto que a obra organizada por Guo e Pochmann adquire especial relevância e originalidade. Mais do que apresentar a China como fornecedora de tecnologias verdes ou como investidora em projetos ambientais na América Latina, o livro permite compreender a cooperação verde como desdobramento de uma transformação mais ampla no próprio paradigma de desenvolvimento. A experiência chinesa aparece como uma possibilidade histórica de combinação entre prosperidade material, sustentabilidade e justiça social, sem pressupor que os países periféricos devam interromper sua industrialização para responder à crise ambiental. Ao mesmo tempo, a obra não se limita a uma narrativa celebratória. Seus diferentes capítulos permitem identificar desafios relacionados à governança, à transferência tecnológica, ao financiamento, à soberania sobre recursos estratégicos e à construção de uma transição ambientalmente sustentável e socialmente justa.

A diversidade temática dos capítulos constitui outra de suas qualidades. Zhu Xufeng e Li Yuanbo discutem o desenvolvimento sustentável na

América Latina e Caribe no marco da Agenda 2030. Douglas de Castro analisa a dimensão ambiental da Iniciativa do Cinturão e Rota e suas novas possibilidades na região. Xing Wei examina a cooperação para o desenvolvimento verde a partir da Iniciativa de Desenvolvimento Global, enquanto Zhang Rui e Li Xiaoyu tratam da governança climática sino latino-americana. Gao Ge e Lin Yue concentram se na energia limpa, tema estratégico diante da transição energética mundial.

O livro amplia ainda mais seu escopo com o capítulo de Marco A. Cabero Z sobre cultura científica, inovação e desenvolvimento sustentável, aproximando ciência, democratização do conhecimento e necessidades concretas da América Latina. José Gabriel Pérez Canencio, Mary Luz Ojeda Solarte e Jorge Enrique Guevara Bejarano analisam a experiência colombiana. Leila da Costa Ferreira, Fabiana Barbi Seleguim e Niklas Weins discutem a governança multinível das mudanças climáticas no Brasil. João Cumarú aborda o papel da China na transição energética brasileira. Wang Ning, Zhang Hongfu e Guo Peiyuan tratam das possibilidades de cooperação em finanças verdes, enquanto Wei Mingxin examina a dimensão comunicacional da transição verde e da cooperação sino-brasileira.

Essa contribuição coloca em relevo, de maneira particularmente clara, a complementaridade da agenda ambiental e o potencial de cooperação entre América Latina e China. No nosso caso específico, deve-se sublinhar que o Brasil reúne biodiversidade, recursos minerais estratégicos, vastos territórios florestais e uma matriz energética com importante participação de fontes renováveis. E a China, por sua vez, dispõe de capacidades industriais, financeiras e tecnológicas em setores como energia solar, eólica, veículos elétricos, baterias e equipamentos associados à transição energética. O livro registra a presença crescente de empresas chinesas no setor energético brasileiro, com investimentos concentrados principalmente em fontes renováveis. Essa complementaridade converge ainda com os objetivos brasileiros de reindustrialização presentes na Nova Indústria Brasil, particularmente em sua Missão 5, voltada à bioeconomia, à descarbonização e à transição e segurança energética para promover um desenvolvimento sustentável.

Por fim, Desenvolvimento Verde China América Latina permite pensar a cooperação ambiental em diferentes arenas bilaterais e multilaterais. O Fórum China CELAC, a Iniciativa do Cinturão e Rota e sua vertente verde, assim como a Iniciativa de Desenvolvimento Global, oferecem plataformas institucionais para ampliar as relações Sul Sul em ciência, tecnologia, energia, financiamento e governança ambiental. A própria obra demonstra que essa cooperação passou progressivamente de formulações gerais para mecanismos e iniciativas concretas.

Não se trata, portanto, de substituir uma dependência por outra, mas de ampliar as possibilidades de cooperação e de escolha.

Seu significado geopolítico é decisivo em um contexto internacional marcado por desigualdades históricas, crises ambientais, financeiras e energéticas e crescente contestação da ordem construída sob predominância dos Estados Unidos e de seus aliados. A aproximação entre China e América Latina pode contribuir para ampliar a autonomia do Sul Global por meio da construção de capacidades próprias de desenvolvimento, tecnologia e financiamento. Não se trata, portanto, de substituir uma dependência por outra, mas de ampliar as possibilidades de cooperação e de escolha. Nesse sentido, a obra organizada por Guo e Pochmann é particularmente oportuna ao mostrar que a transição ecológica pode constituir não apenas uma resposta à crise ambiental, mas também uma oportunidade histórica para fortalecer a cooperação Sul-Sul e construir alternativas às disfuncionalidades do sistema internacional contemporâneo.

Isis Paris Maia *– Historiadora, Mestre e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Diretora de Políticas Públicas do Cebrach.*

Cooperação com a China reposiciona o Brasil no cenário internacional

Ao ampliar as possibilidades de cooperação em tecnologia, finanças, infraestrutura e transição ecológica, a parceria entre Brasil e China oferece ao país uma oportunidade inédita de romper padrões históricos de dependência e construir um novo projeto nacional soberano.



Transporte do conjunto do CBERS-04A antes do lançamento, em dezembro de 2019. O satélite de observação da Terra foi desenvolvido conjuntamente por Brasil e China. Foto: China Aerospace Science and Technology Corporation (CASC)

Por Walter Sorrentino

Estamos em um período de transformações intensas, multidimensionais e aceleradas. Somente o distanciamento histórico permitirá avaliar plenamente a profundidade dessas mudanças. Entretanto, desde já, todas as nações são objetivamente compelidas a atualizar suas estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional.

Nem sempre esse movimento é imediatamente perceptível. Com frequência, concepções que até pouco tempo pareciam consensuais tornam-se rapidamente anacrônicas. É o que ocorre, em boa medida, no debate sobre a inserção internacional do Brasil e sua relação com a China.

As elites civis brasileiras manifestam sempre um "temor" diante do suposto "risco de uma nova dependência". O argumento mal disfarça a defesa da histórica dependência do país em relação ao bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos. O curioso é que encontra, por vezes, um eco em setores progressistas que subestimam as oportunidades abertas pela atual etapa das

relações sino-brasileiras ou superestimam os riscos envolvidos.

Este artigo parte de três premissas centrais. A primeira é que as relações entre Brasil e China já se encontram no âmbito da Parceria Estratégica Global, o mais elevado nível de relacionamento diplomático estabelecido pela China com seus principais parceiros. A segunda é que essa parceria atravessa um processo de mudanças intensas e diversificadas, que tornam defasadas certas interpretações ainda predominantes no debate público. A terceira é que a questão nodal da dependência ou da autonomia do país não reside, em si, na relação com a China, mas na capacidade da própria nação brasileira de formular e conduzir um novo projeto nacional de desenvolvimento soberano e sustentável, em novas e avançadas bases tecnológicas.

Em síntese, a paisagem das relações entre Brasil e China transformou-se significativamente e hoje vai muito além do paradigma que reduz o Brasil à condição de mero exportador de commodities, visão que ainda parece orientar boa parte das críticas dirigidas à aproximação entre os dois países. Trata-se de uma transição complexa, repleta de potencialidades e desafios, mas que é decisiva para uma estratégia nacional de superação efetiva do subdesenvolvimento, da dependência estrutural e da condição semiperiférica do Brasil no mundo.

Um levantamento preliminar, ainda que não exaustivo, já permite sustentar essa percepção. E ela se torna ainda mais densa se considerado o papel do BRICS+ e seu Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que atua como um pilar estratégico na relação Brasil-China (tema que não será desenvolvido neste artigo).

Uma corrente que transbordou o comércio

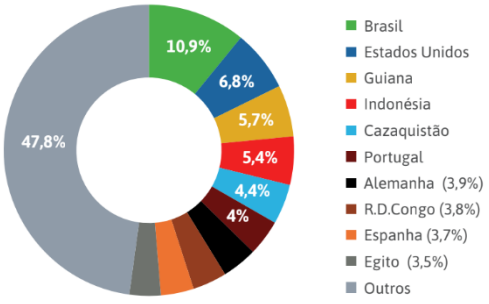
O comércio bilateral continua sendo o núcleo da relação e seus números permanecem impressionantes. Em 2025, a corrente comercial entre Brasil e China alcançou US$ 171 bilhões, crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior. A China manteve-se, pelo 16º ano consecutivo, como principal parceiro comercial do Brasil, respondendo por 27% das exportações brasileiras, segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

Entretanto, a novidade mais relevante está na transformação qualitativa da agenda bilateral. As relações entre os dois países passaram a incorporar temas como industrialização, financiamento, infraestrutura, inovação tecnológica, integração financeira, energia, transição ecológica, economia digital e ciência espacial. Em outras palavras, está em formação uma nova arquitetura de cooperação, muito mais abrangente do que a tradicional relação entre exportador de commodities e grande comprador de manufaturados, como máquinas e eletrônicos.

A Nova Indústria Brasil (NIB) se posiciona como a plataforma estratégica central para a relação com a China, atraindo investimentos para modernizar a indústria brasileira em novas bases tecnológicas. Já há um Memorando de Entendimento entre os governos para promover o investimento e a cooperação industrial, com a criação também de um comitê conjunto para supervisionar essas atividades. Empresas chinesas estão envolvidas em todos os seis eixos da NIB. O embaixador chinês no Brasil, Zhu Qingqiao, já sinalizou que "alta qualidade e sustentabilidade" serão as marcas da cooperação na Nova Era, uma visão que ecoa os princípios da NIB e os da atual fase da Modernização Chinesa.

Essa mudança também se expressa no padrão dos investimentos. Em 2025, o Brasil tornou-se o principal destino mundial dos investimentos chineses, recebendo US$ 6,1 bilhões, equivalentes a 10,9% do investimento direto realizado pela China no exterior no período. Foram 52 projetos concentrados em energia, mineração – nióbio, estanho, níquel e ouro –, logística ferroviária e infraestrutura portuária, incluindo ativos como o TCP Paranaguá e o Porto de Itapoá.

Principais destinos dos investimentos chineses no mundo em 2025 (percentual do valor investido)



Fonte: CEBC | Elaboração do autor

Brasil recebeu 10,9% dos investimentos chineses realizados no mundo em 2025, a maior participação entre os países de destino. Fonte: CEBC | Elaboração: Tulio Cariello/CEBC

Parte desses empreendimentos corresponde a investimento direto; outros assumem a forma de

concessões, sociedades com capital brasileiro ou operações de financiamento. Em qualquer dos casos, a natureza da presença chinesa mudou. A China deixou de atuar apenas como compradora de produtos primários para tornar-se investidora em infraestrutura, indústria e setores estratégicos da economia brasileira.

Mais importante do que o volume de recursos é sua diversidade setorial. Os investimentos concentram-se justamente em áreas decisivas para o desenvolvimento nacional, na elevação da complexidade produtiva e na redução da condição semiperiférica do Brasil nas cadeias globais de valor.

Alguns exemplos ilustram essa transformação.

Energia: A State Grid controla a CPFL desde 2017 e opera atualmente dezenas de concessionárias em diversos estados, respondendo por cerca de 10% da rede brasileira de transmissão em alta tensão. Segundo a empresa, foram investidos cerca de R$ 30 bilhões em mais de uma década de atuação no país. Novos projetos incluem uma linha de transmissão entre Maranhão e Goiás, com investimentos estimados em R$ 18 bilhões até 2030. Na geração elétrica, a China Three Gorges possui participação em 17 usinas hidrelétricas em operação e detém o controle acionário de 14 delas. Trata-se de uma presença que ultrapassa a simples compra de energia e envolve a operação direta de ativos da infraestrutura nacional.

Transição ecológica: A agenda ambiental tornou-se outro eixo estruturante da parceria. A convergência entre o Plano de Transformação Ecológica brasileiro e a estratégia chinesa de construção da civilização ecológica abre espaço para investimentos em energias renováveis, redes inteligentes de transmissão, armazenamento de energia, mobilidade elétrica, hidrogênio verde e financiamento climático. Um exemplo emblemático é o **megacomplexo industrial anunciado para o Porto de Suape (PE)**, resultado da cooperação entre empresas brasileiras e chinesas, com investimentos estimados em R$ 8 bilhões destinados à produção de hidrogênio verde, metanol e outros insumos químicos voltados à exportação. O projeto insere o Brasil em uma das cadeias mais promissoras da economia de baixo carbono e exemplifica uma nova etapa da relação bilateral, na qual investimentos produtivos se articulam à inovação tecnológica, à transição energética e à agregação de valor industrial. Ao lado da crescente coordenação entre os dois países em torno do financiamento climático e da proteção das florestas tropicais, iniciativas dessa natureza ampliam as possibilidades de que a cooperação sino-brasileira se converta em vetor de reindustrialização e fortalecimento da soberania tecnológica.

Indústria automotiva: Em novembro de 2025, a Geely formalizou a aquisição de 26,4% da operação brasileira da Renault, obtendo acesso à fábrica e ao centro de engenharia de São José dos Pinhais. O investimento reforça o papel do Brasil como plataforma regional para a produção de veículos eletrificados. O movimento representa a entrada de capital chinês no controle acionário de uma montadora ocidental já consolidada no país. Ao mesmo tempo, avançam os investimentos produtivos da BYD e da GWM em novas fábricas no Brasil. Na logística, a COFCO investiu R$ 1,2 bilhão na aquisição de vagões e locomotivas para ampliar o escoamento de grãos e açúcar do Centro-Oeste e do interior paulista até seu terminal no Porto de Santos. Também estão em curso a ampliação da participação da China Merchants Port no Porto do Açu e os estudos para a **Ferrovia Bioceânica**, conectando Ilhéus (BA) ao porto peruano de Chancay, embora, nesse caso, os impactos em áreas de proteção ambiental e reservas indígenas sejam ainda polêmicos.



Distribuição, por setor, do valor dos investimentos chineses no Brasil em 2025. Eletricidade (29,5%) e mineração (29%) concentram as maiores parcelas. Fonte: CEBC | Elaboração: Tulio Cariello

A virada tecnológica

É no campo tecnológico que a parceria sino-brasileira começa a revelar seu potencial mais estratégico. Se, durante muitos anos, a relação bilateral esteve concentrada no comércio e nos investimentos em infraestrutura, hoje ela avança para áreas intensivas em conhecimento, nas quais

se definem as futuras hierarquias da economia mundial. Trata-se, portanto, do eixo em que a cooperação passa a testar formas de construção conjunta de capacidades tecnológicas e de inserção em uma ordem internacional cada vez mais disputada.

As parcerias entre China e Brasil nas áreas de transição energética e digital têm se intensificado significativamente, evoluindo para uma cooperação estratégica e estruturante.

As parcerias entre China e Brasil nas áreas de transição energética e digital têm se intensificado significativamente, evoluindo para uma cooperação estratégica e estruturante. As iniciativas em curso abrangem desde a criação de centros de inovação conjuntos até investimentos diretos em infraestrutura verde e digital, refletindo a complementaridade entre os dois países. A cooperação energética foca na descarbonização e no desenvolvimento de fontes limpas, combinando os recursos naturais do Brasil com a tecnologia e o capital chineses.

O **Centro Brasil-China de Inovação Científica e Estratégica** (associado a iniciativas como o centro de inovação em energia da Coppe/UFRJ) reúne a Petrobras, a CNOOC, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade do Petróleo da China para impulsionar tecnologias energéticas de ponta. Tem o foco em pesquisa e desenvolvimento em engenharia naval, exploração de petróleo e gás em águas profundas, digitalização do setor energético e transição verde de baixo carbono.

Por sua vez, o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, parceria entre a Coppe/UFRJ e a Universidade de Tsinghua, é voltado para pesquisas conjuntas sobre mudanças climáticas e soluções energéticas sustentáveis.

Inteligência Artificial (IA): A iniciativa mais relevante em IA na parceria China-Brasil é o Acordo de Cooperação em Inteligência Artificial, formalizado em abril de 2026. O foco central é o desenvolvimento de capacidade tecnológica própria para o Brasil, visando fortalecer sua soberania digital. O acordo com a empresa chinesa iFlytek envolve o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e busca o domínio de todo o ciclo de desenvolvimento de IA para uso da tecnologia na administração pública.

Prevê-se a criação de sistemas e soluções para segurança cibernética, com infraestrutura própria de IA, incluindo data centers, serviços de nuvem segura e plataformas de dados interoperáveis, além da formação de especialistas brasileiros na área. A iniciativa está alinhada ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA 2024-2028) e às diretrizes de cooperação bilateral entre os dois países, que incluem a implementação do Centro China-Brasil de Cooperação em Aplicações de Inteligência Artificial. O governo brasileiro vê essa parceria como um passo crucial para reduzir a dependência de tecnologias externas e aumentar sua autonomia estratégica em um setor considerado crítico para o desenvolvimento global.

Inteligência artificial em serviços públicos: A adoção de soluções de inteligência artificial desenvolvidas pela Huawei por administrações municipais brasileiras representa um primeiro movimento concreto nessa direção. Recife, João Pessoa e Curitiba passaram a utilizar essas tecnologias em áreas como gestão de filas, saúde e mobilidade urbana. A decisão foi mantida mesmo diante da pressão exercida pelos Estados Unidos para restringir o uso de tecnologia chinesa em infraestruturas consideradas sensíveis, indicando uma disposição brasileira de preservar a margem de autonomia em suas escolhas tecnológicas.

Inteligência artificial e governança internacional: Em julho de 2026, o Brasil integrou, ao lado de outras 28 nações, **a criação da World AI Cooperation Organization (WAICO)**, iniciativa liderada pela China voltada à cooperação internacional em inteligência artificial. No mesmo período, também participou da assinatura, em Xangai, de um novo acordo multilateral sobre governança da IA, reunindo mais de trinta países. Isso posiciona o Brasil dentro da arquitetura institucional que Pequim constrói como alternativa à "Pax Sílica" liderada pelos EUA. Esses movimentos inserem o Brasil nas novas instituições internacionais que emergem em torno da governança tecnológica, sem que isso implique alinhamento automático à estratégia chinesa. Ao

contrário, reproduzem um padrão já observado em outros espaços multilaterais, como os BRICS: cooperação combinada com preservação da autonomia decisória.

Ciência e tecnologia espacial: O programa CBERS, iniciado em 1988, constitui provavelmente o exemplo mais consolidado de codesenvolvimento tecnológico Sul-Sul em operação. É o mais robusto acordo científico-tecnológico mantido pelo Brasil. **Em junho de 2025, o Brasil promulgou o protocolo referente ao CBERS-6**, que utilizará um radar de abertura sintética em banda X desenvolvido pela China sobre uma plataforma multimissão projetada no Brasil. O lançamento está previsto para 2028, por meio de um foguete Longa Marcha, com custos compartilhados entre os dois países. Diferentemente da simples aquisição de tecnologia pronta, o programa envolve engenharia conjunta, formação de recursos humanos altamente qualificados e compartilhamento gratuito de dados de observação da Terra, configurando um modelo de cooperação tecnológica baseado na produção compartilhada de conhecimento.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) está conduzindo também uma série de iniciativas na área de meteorologia e ciências climáticas, por meio de diferentes frentes. Um dos projetos principais é o do satélite CBERS-5, que, diferentemente dos anteriores do mesmo programa, será o primeiro satélite geoestacionário desenvolvido em parceria pelo Brasil e pela China. A ministra Luciana Santos destacou que o projeto dará ao Brasil soberania de dados espaciais na área meteorológica e, pela primeira vez, a parceria estipula formalmente a transferência de tecnologia e conhecimento. Além do CBERS-5, a colaboração entre Brasil e China na área climática e meteorológica se manifesta no Acordo Bilateral para Satélites Meteorológicos.

Semicondutores: Outro avanço relevante ocorreu em maio de 2026, quando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação intermediou negociações entre a Ceitec, estatal brasileira de circuitos integrados sediada em Porto Alegre, e a empresa chinesa Global Power Technology. O objetivo é estabelecer cooperação para a produção nacional de semicondutores e para a transferência de conhecimento tecnológico. Embora o acordo ainda esteja em fase de formalização, trata-se do primeiro passo concreto em um setor considerado estratégico para a soberania tecnológica e que se tornou um dos principais focos da competição internacional.

Telecomunicações: A cooperação tecnológica também se estende às telecomunicações. O memorando de entendimento firmado em 2023 sobre semicondutores, redes 5G e 6G e inteligência artificial ganhou maior densidade com a manutenção da Huawei como uma das principais fornecedoras da infraestrutura brasileira de 5G. Mais uma vez, a decisão foi preservada apesar das pressões de Washington para restringir a participação da empresa chinesa, reforçando a percepção de que o Brasil busca ampliar seu leque de parcerias tecnológicas sem renunciar à sua capacidade de decisão.

Tomados em conjunto, esses movimentos sugerem uma mudança qualitativa na relação bilateral. A tecnologia deixa de ocupar uma posição periférica para tornar-se um dos eixos mais dinâmicos da cooperação sino-brasileira.

Tomados em conjunto, esses movimentos sugerem uma mudança qualitativa na relação bilateral. A tecnologia deixa de ocupar uma posição periférica para tornar-se um dos eixos mais dinâmicos da cooperação sino-brasileira. Embora sua dimensão econômica ainda seja menor do que a do comércio ou dos investimentos em infraestrutura, é justamente nesse terreno que se concentram as maiores possibilidades de agregação de conhecimento e valor, fortalecimento das capacidades nacionais e ampliação da autonomia estratégica do Brasil.

A dimensão financeira e monetária

É no terreno financeiro que a transformação qualitativa da parceria sino-brasileira se torna particularmente evidente. Em maio de 2025, os bancos centrais dos dois países **firmaram um acordo de swap cambial** no valor de R$ 157 bilhões, com vigência de cinco anos, permitindo operações de liquidez em reais e yuans sem a intermediação do dólar.

Um ano depois, o Tesouro Nacional formalizou junto ao Banco Popular da China sua intenção de emitir os **primeiros panda bonds brasileiros** – títulos soberanos denominados em yuan, com captação prevista de até 5 bilhões de yuans e custo estimado entre 1,70% e 2,05% ao ano, significativamente inferior aos juros de aproximadamente 5,2% a 7,5% observados em recentes emissões brasileiras em dólares. Caso a operação se concretize, o Brasil será o primeiro grande país latino-americano a acessar esse mercado.

Nenhum desses instrumentos substitui o dólar, nem foi concebido com esse propósito. Seu significado está em ampliar as alternativas de financiamento e liquidez disponíveis ao Estado brasileiro, reduzindo, ainda que de forma gradual, a dependência de um único centro financeiro internacional e de um único referencial para o custo do capital.

Mais do que uma mudança monetária, trata-se da construção de novos graus de autonomia financeira. Em conjunto com a ampliação da cooperação comercial, produtiva e tecnológica, esses mecanismos indicam que a relação entre Brasil e China passa a incorporar instrumentos próprios de coordenação econômica, ampliando o espaço de decisão do país em um sistema internacional cada vez mais multipolar.

Autonomia estratégica

No plano diplomático, a busca brasileira por autonomia estratégica se manifesta de forma mais explícita. A participação do Brasil nos BRICS e sua atuação no BRICS+ ilustram essa orientação. O país procura fortalecer mecanismos de cooperação entre economias emergentes preservando sua capacidade de decisão, ao mesmo tempo em que busca aproximar iniciativas como os BRICS e o Mercosul e ampliar a articulação do Sul Global em temas como mudança do clima, transição energética, combate à fome e construção da paz.

Esse mesmo princípio explica a posição brasileira diante da **Iniciativa Cinturão e Rota** (Belt and Road Initiative – BRI). Alguns observadores interpretaram como recusa o fato de o Brasil não ter aderido formalmente ao programa chinês. Na realidade, o governo brasileiro optou por outro caminho: negociou um mecanismo de "sinergia" entre a BRI e estratégias nacionais, como a Nova Indústria Brasil, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Rotas da Integração Sul-Americana e o Plano de Transformação Ecológica. Em vez de incorporar integralmente um programa concebido externamente, buscou compatibilizar prioridades nacionais com áreas de interesse comum.

Essa opção é coerente com uma tradição da diplomacia brasileira de preservar margem de autonomia em grandes iniciativas multilaterais, só aderindo àquelas de que foi parte fundante. A própria Fundação Maurício Grabois, que defendeu a participação do Brasil na BRI em Nota Técnica, destacou que, diferentemente da maioria dos acordos de livre comércio ou de defesa, a iniciativa chinesa não constitui um tratado único e juridicamente vinculante, mas uma plataforma flexível de cooperação, permitindo diferentes modalidades de participação.

A estratégia adotada pelo governo brasileiro tampouco permaneceu no plano das intenções. Em 2025, a Casa Civil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China assinaram um protocolo para acompanhar a implementação dessa agenda de sinergia, estruturado em onze áreas de cooperação, abrangendo desde a indústria naval até projetos espaciais.

Sob essa perspectiva, a multipolaridade não significa substituir uma dependência por outra, nem escolher entre polos rivais de poder. Significa ampliar as possibilidades de cooperação internacional preservando a capacidade de o Estado brasileiro definir suas prioridades de desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a multipolaridade não significa substituir uma dependência por outra, nem escolher entre polos rivais de poder. Significa ampliar as possibilidades de cooperação internacional preservando a capacidade de o Estado brasileiro definir suas prioridades de desenvolvimento. A parceria estratégica com a China fortalece essa possibilidade precisamente porque pode ser construída a partir de programas nacionais próprios, articulados com iniciativas

chinesas sempre que houver convergência de interesses.

É justamente aí que reside o principal desafio brasileiro. A questão decisiva não é aderir ou não a determinada iniciativa internacional, ou promover alinhamento automático a determinado campo, mas consolidar um projeto nacional e estratégia de desenvolvimento maduros para orientar, com clareza, a inserção internacional do país. Quanto mais consistente for essa estratégia nacional, maior será a capacidade do Brasil de transformar suas parcerias internacionais – com a China e com outros atores – em instrumentos efetivos de desenvolvimento soberano e sustentável. É nesse vetor que a Fundação Maurício Grabois investe sua maior energia.

A pressão americana como catalisador, não como causa

A intensificação das tensões entre Brasil e Estados Unidos tornou mais urgente o debate sobre a inserção internacional do país. Nesse contexto, a cooperação com a China tende a ganhar maior densidade e relevância. Não porque a aproximação bilateral tenha surgido em reação às medidas adotadas por Washington, mas porque estas reforçam a importância de ampliar as alternativas estratégicas de que o Brasil dispõe. O governo do presidente Lula demonstra compreensão do desafio e age em consonância.

Nos últimos anos, as relações com os Estados Unidos passaram a incorporar fatores de atrito que extrapolam a esfera estritamente comercial. As tarifas impostas a produtos brasileiros vieram acompanhadas de justificativas que envolveram questões políticas e institucionais, como o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, críticas ao Supremo Tribunal Federal, à regulação das plataformas digitais e ao sistema Pix. Ao mesmo tempo, permaneceram em vigor sobretaxas sobre aço e alumínio baseadas na Seção 232 da legislação norte-americana, além de **novas medidas tarifárias fundamentadas na Seção 301** e de restrições adicionais associadas a alegações de trabalho forçado.

No plano diplomático, o governo Trump implode pontes consagradas por mais de 200 anos de relações estáveis com o Brasil, como se deu na agressão patente de negar visto de permanência à embaixadora brasileira em Washington.

Segundo estimativas do governo brasileiro, esse conjunto de medidas poderá **atingir parcela significativa das exportações nacionais** destinadas ao mercado norte-americano. Enquanto isso, as vendas brasileiras para os Estados Unidos perderam dinamismo, o comércio com a China continuou a se expandir. Em resposta, o governo brasileiro passou a adotar iniciativas voltadas à ampliação da segurança jurídica e do ambiente institucional para investidores chineses, entre elas a criação de um escritório de apoio especializado em temas tributários.

O efeito das pressões norte-americanas foi acelerar tendências que já estavam em curso e reforçar, no debate interno brasileiro, a percepção de que a autonomia estratégica depende da diversificação de parcerias, mercados, fontes de financiamento e cooperação tecnológica.

Esses acontecimentos, contudo, não alteram a natureza da aproximação entre Brasil e China. A ampliação da parceria estratégica antecede o agravamento das relações entre Brasília e Washington e resulta de transformações mais profundas da economia e da geopolítica mundial. O efeito das pressões norte-americanas foi acelerar tendências que já estavam em curso e reforçar, no debate interno brasileiro, a percepção de que a autonomia estratégica depende da diversificação de parcerias, mercados, fontes de financiamento e cooperação tecnológica. Elas catalisam um processo cuja lógica é anterior e mais estrutural. Quanto maior a capacidade do Brasil de construir relações internacionais diversificadas, maior tende a ser sua margem de decisão em um sistema internacional caracterizado pela competição entre grandes potências.

Perspectiva

O conjunto de evidências apresentado sumariamente aqui sugere que não estamos diante da substituição de uma dependência por outra. O que se observa é um movimento de diversificação das relações internacionais do Brasil, ampliando a

margem de manobra de uma economia semiperiférica em um sistema internacional em transição. Dispor de grandes parceiros que competem pelo mercado brasileiro, de diferentes fontes de financiamento e de múltiplas possibilidades de cooperação tecnológica representa uma condição estruturalmente distinta daquela de depender de um único centro de poder econômico e financeiro. A questão decisiva é utilizar esses mecanismos para uma estratégia de desenvolvimento e autonomia, e não de reprodução de uma condição subordinada como na dependência aos países imperialistas.

O conjunto de evidências apresentado sumariamente aqui sugere que não estamos diante da substituição de uma dependência por outra. O que se observa é um movimento de diversificação das relações internacionais do Brasil, ampliando a margem de manobra de uma economia semiperiférica em um sistema internacional em transição.

Há de fato, ainda, uma condição de interdependência assimétrica entre Brasil e China; não há que se falar em uma relação automaticamente virtuosa. Mas há possibilidades inéditas de cooperação, quando articuladas a uma estratégia brasileira de industrialização, com domínio tecnológico e diversificação produtiva. Isso representa um espaço de manobra vital para construir um centro nacional de decisões econômicas, tecnológicas e estratégicas.

É evidente que o Brasil precisa aprofundar suas formulações estratégicas para navegar por essa relação de nova complexidade, buscando os benefícios do desenvolvimento em bases cooperativas enquanto protege sua soberania econômica e autonomia política. Isso significa ampliar a produção científica e tecnológica, fortalecer a indústria, formar pesquisadores e engenheiros, desenvolver fornecedores nacionais, estimular a inovação compartilhada e construir ativos tecnológicos próprios, como já apontam experiências do programa CBERS.

A questão, portanto, já não é saber se a aproximação entre os dois países continuará a se aprofundar. Os instrumentos institucionais construídos nos últimos anos – da Parceria Estratégica Global aos mecanismos de cooperação financeira, tecnológica e diplomática – conferem a esse processo uma dinâmica própria, menos sujeita às oscilações conjunturais das mudanças de governo. Não obstante, evidentemente sofrerão inflexão se o país estiver sob governo da extrema-direita, que prega relação carnal com Trump.

Essa reflexão me remete a uma observação de Stephen Jay Gould ao comentar o último livro de Charles Darwin, *The Formation of Vegetable Mould, through the Action of Worms* (1881). Gould chamava a atenção para a aparente ironia de que o cientista que revolucionou a biologia tenha encerrado sua obra estudando minhocas. Darwin via justamente nesses organismos discretos uma força silenciosa de transformação da história natural: "É questionável se existem muitos outros animais que tenham desempenhado um papel tão importante na história do mundo quanto essas criaturas de organização simples".

A referência serve para as transformações em curso nas relações entre o Brasil e a China. O terreno foi preparado. Não existe um tratado fundador, um gesto único ou uma fotografia histórica equivalente à de Volta Redonda, símbolo da cooperação entre Vargas e Roosevelt. O que existe é uma sedimentação de acordos, mecanismos financeiros, projetos de infraestrutura, iniciativas de codesenvolvimento tecnológico e entendimentos diplomáticos que, tomados em conjunto, configuram uma relação qualitativamente distinta daquela existente há apenas duas décadas.

A direção que essa transformação assumirá dependerá menos da China ou dos Estados Unidos e mais da capacidade do Brasil de construir um projeto nacional à altura das possibilidades abertas pelo novo cenário internacional. O essencial é saber o que se deseja como nação e ter maturidade para formular caminhos resilientes para alcançar esse objetivo.

Walter Sorrentino *é presidente da Fundação Maurício Grabois.*

Parceria Brasil-China: Saúde e Soberania Digital

O artigo propõe um caminho concreto para a parceria Brasil-China no desenvolvimento de uma inteligência artificial soberana e popular em saúde.



Presidente da China, Xi Jinping, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro no no Palácio da Alvorada – Imagem: Ricardo Stuckert/PR

Por Wellington Pinheiro

A ordem internacional pós-1945, ancorada em instituições multilaterais sob hegemonia ocidental, encontra-se em crise profunda. O chamado "multilateralismo liberal" revelou-se, na prática, um instrumento de manutenção da assimetria entre centro e periferia — especialmente no campo estratégico da tecnologia. Diante desse impasse, países do Sul Global têm buscado alternativas baseadas na cooperação horizontal, na soberania nacional e na reconfiguração das relações de conhecimento e poder. Nesse contexto, os BRICS emergem como espaço privilegiado para a construção de um novo paradigma civilizatório — e a saúde digital é um dos seus terrenos mais decisivos.

Hoje, a inteligência artificial (IA) em saúde não é neutra: é vetor de um novo imperialismo digital liderado pelos Estados Unidos. Corporações sediadas no Vale do Silício convertem corpos, prontuários e imagens médicas do Sul Global em matérias-primas para modelos proprietários, processados em infraestruturas sob jurisdição estrangeira e vendidos de volta como mercadorias caras e inadaptáveis. Essa dinâmica reproduz uma colonialidade algorítmica: os dados são extraídos localmente, mas o conhecimento é produzido, controlado e monetizado no Norte — perpetuando dependência cognitiva, exclusão diagnóstica e subordinação tecnológica.

Contra essa lógica, a China oferece mais do que capacidade produtiva ou know-how técnico: propõe uma visão civilizatória alternativa, expressa na doutrina de "comunidade com futuro compartilhado para a humanidade" e na prática de uma ciência voltada ao povo, à equidade e à soberania digital. Sua Lei de Segurança de Dados (2021), seus parques tecnológicos integrados à saúde pública e sua recusa à extraterritorialidade da CLOUD Act norte-americana demonstram um compromisso claro com a autodeterminação

tecnológica — não como isolamento, mas como condição para cooperação entre iguais.

Este artigo tem por objetivo propor um caminho concreto para a parceria Brasil-China no desenvolvimento de uma inteligência artificial soberana e popular em saúde: leve, eficiente, treinada com dados locais, operada em infraestrutura regional e governada por critérios públicos. Trata-se de transformar a complementaridade entre o SUS — sistema universal com escala continental — e a capacidade industrial chinesa em alavanca de desenvolvimento endógeno, justiça sanitária e autonomia estratégica. Não se trata de importar soluções prontas, mas de co-construir, com reciprocidade e respeito mútuo, uma IA que cure, inclua e emancipe — jamais que domine, exclua ou explore.

1. A doutrina chinesa: ciência para o povo e resistência ao hegemonismo

A ascensão da China como potência científica e tecnológica não pode ser compreendida apenas por meio de indicadores econômicos ou patentes registradas. Ela é, antes, expressão de um projeto civilizatório alternativo, ancorado no princípio de que o progresso científico deve estar "centrado no povo" e voltado à resolução de problemas reais da vida cotidiana. Essa orientação, repetidamente reafirmada pelo presidente Xi Jinping, contrasta fortemente com o modelo hegemônico ocidental, no qual a inovação é subordinada à lógica do mercado, à propriedade intelectual privada e à extração de valor a partir de dados sensíveis de populações periféricas.

Diferentemente do paradigma norte-americano, em que algoritmos diagnósticos são produtos comerciais vendidos a hospitais privados, a China trata a IA em saúde como infraestrutura pública, cujo objetivo é ampliar o acesso, reduzir desigualdades e fortalecer a capacidade do Estado de cuidar de seu povo.

Em seu discurso perante o Congresso Nacional do Povo em 2023, Xi afirmou com clareza: "a inovação em ciência e tecnologia deve resolver problemas reais enfrentados pela população e promover justiça social" (XI, 2024). Essa visão orienta políticas concretas no campo da saúde digital: investimentos massivos em sistemas universais, desenvolvimento de equipamentos médicos acessíveis e integração de plataformas de inteligência artificial (IA) ao sistema público de saúde — sempre sob supervisão estatal e com prioridade para a proteção dos dados da população. Diferentemente do paradigma norte-americano, em que algoritmos diagnósticos são produtos comerciais vendidos a hospitais privados, a China trata a IA em saúde como infraestrutura pública, cujo objetivo é ampliar o acesso, reduzir desigualdades e fortalecer a capacidade do Estado de cuidar de seu povo.

Essa abordagem se estende à esfera internacional por meio do conceito de "comunidade com futuro compartilhado para a humanidade", incorporado à Constituição chinesa em 2018 e reiterado em fóruns multilaterais, incluindo a Organização de Cooperação de Xangai (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI, 2025). Longe de ser mero discurso diplomático, esse princípio orienta acordos concretos de cooperação científica e tecnológica com países do Sul Global. A China não impõe condicionalidades ideológicas ou exige submissão a jurisdições extraterritoriais; ao contrário, oferece modelos flexíveis de parceria, nos quais servidores podem ser instalados localmente, algoritmos adaptados às realidades epidemiológicas nacionais e os dados mantidos sob controle soberano dos países parceiros.

Um marco institucional dessa postura é a Lei de Segurança de Dados da República Popular da China (DSL), promulgada em 2021 (PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2021). A DSL estabelece que todos os dados gerados no território chinês — especialmente os dados sensíveis, como os de saúde — devem permanecer sob jurisdição nacional, podendo ser transferidos ao exterior apenas mediante autorização estatal rigorosa. Mais importante ainda, a China não impõe sua legislação a terceiros, mas sim oferece-a como referência normativa para países que buscam escapar da armadilha da CLOUD Act norte-americana — lei que permite ao governo dos EUA acessar dados armazenados por empresas sob sua jurisdição, independentemente da localização geográfica dos servidores.

Essa postura não é ingênua nem altruísta; é estrategicamente anti-hegemônica. Ao promover padrões técnicos abertos, apoiar a construção de infraestrutura digital soberana via a Iniciativa Cinturão e Rota e financiar centros de pesquisa conjuntos em biotecnologia e saúde digital, a China contribui para a desconcentração do poder tecnológico global. Para o Brasil, essa atitude representa uma oportunidade histórica: acessar capacidade produtiva, conhecimento técnico e financiamento sem submeter-se às condicionalidades políticas, financeiras ou ideológicas impostas pelas instituições de Bretton Woods ou pelas corporações do Vale do Silício.

A parceria com a China só será benéfica se for guiada por clareza estratégica e reciprocidade

Contudo, é fundamental reconhecer que a parceria com a China só será benéfica se for guiada por clareza estratégica e reciprocidade. O objetivo não deve ser substituir uma dependência por outra, mas fortalecer as capacidades endógenas brasileiras com apoio chinês — tal como fez a própria China nas décadas de 1980 e 1990, absorvendo tecnologia estrangeira para depois dominá-la, inovar autonomamente e exportar soluções próprias. Nesse sentido, a doutrina de Xi Jinping não oferece um modelo a ser copiado, mas um horizonte de possibilidade: o de que é possível combinar planejamento estatal, inovação tecnológica e universalismo sanitário sem submissão ao capital monopolista global.

2. Capacidades concretas da China em saúde digital

A visão de "ciência para o povo" e "comunidade com futuro compartilhado" não permanece no plano retórico. Ela se materializa em um ecossistema robusto de inovação em saúde digital, articulado entre Estado, indústria, universidades e sistema público de saúde. Três dimensões merecem destaque pela sua relevância estratégica para o Brasil: os parques tecnológicos integrados, a cadeia produtiva verticalizada de equipamentos médicos e a infraestrutura de nuvem soberana.

Os parques tecnológicos em saúde são talvez a expressão mais avançada dessa integração. Cidades como Shenzhen, Hangzhou e Guangzhou abrigam zonas planejadas pelo Estado onde hospitais públicos, universidades, institutos de pesquisa e empresas de base tecnológica coexistem em estreita colaboração. No Parque Biomédico de Guangzhou, por exemplo, mais de 3.000 empresas desenvolvem desde reagentes diagnósticos até sistemas de inteligência artificial (IA) para triagem de câncer, tuberculose e doenças cardiovasculares, sempre em diálogo com as prioridades do sistema de saúde provincial. Esses parques não são meros polos privados de inovação; são instrumentos de política industrial pública, financiados com recursos estatais, regulados por agências governamentais e orientados por metas sanitárias nacionais. Para o Brasil, esse modelo oferece uma alternativa viável à fragmentação atual entre academia, indústria e SUS.

Paralelamente, a China consolidou, nas últimas duas décadas, uma cadeia produtiva verticalizada em equipamentos médicos. Empresas como Mindray, United Imaging e Infervision dominam desde a fabricação de sensores e chips até a montagem de dispositivos completos — mamógrafos digitais, ressonâncias magnéticas, monitores de leitos hospitalares. Essas empresas não apenas atendem ao vasto mercado interno, mas exportam para mais de 190 países, muitos deles no Sul Global. Seu diferencial não está apenas no custo, mas na adaptação a contextos de baixo recurso: seus equipamentos consomem menos energia, operam em ambientes com conectividade limitada e incluem interfaces multilíngues. Mais importante ainda, estão dispostas a transferir tecnologia e estabelecer joint ventures — como fizeram com hospitais públicos na África do Sul, Indonésia e Argentina. No Brasil, onde a dependência de importação de equipamentos médicos ultrapassa 80%, essa capacidade produtiva representa uma oportunidade estratégica para a substituição de importações críticas e a reindustrialização do setor de saúde.

Finalmente, a China investiu maciçamente no desenvolvimento de uma infraestrutura de nuvem soberana, com implicações diretas para a governança de dados em saúde. A China National Cloud, articulada entre provedores estatais como Huawei Cloud, Alibaba Cloud e Tencent Cloud, opera sob rigorosas normas de proteção de dados e

soberania digital. Diferentemente das plataformas ocidentais, que centralizam servidores em poucos países, a arquitetura chinesa permite a instalação local de data centers, com jurisdição plena do país anfitrião sobre os dados armazenados. Essa abordagem já foi implementada com sucesso em projetos de saúde digital no Laos, Camboja e Egito, onde hospitais públicos utilizam nuvens locais para processar imagens médicas, gerenciar prontuários eletrônicos e treinar modelos de IA — tudo sem depender de servidores estrangeiros.

Com mais de 200 milhões de usuários, décadas de registros clínicos e uma rede de atenção primária que alcança desde grandes centros urbanos até comunidades ribeirinhas e indígenas, o SUS constitui o maior laboratório vivo de saúde pública do hemisfério sul.

Esses exemplos demonstram que a China não apenas dispõe de capacidade técnica, mas também de vontade política e instrumentos institucionais para apoiar parceiros do Sul Global na construção de ecossistemas de inovação em saúde autônomos. A parceria com o Brasil, portanto, pode ir muito além da simples compra de equipamentos ou licenciamento de software. Ela pode envolver co-desenvolvimento de tecnologias, formação de quadros técnicos, produção local sob licenças flexíveis e integração de infraestruturas digitais regionais — tudo alinhado aos princípios de reciprocidade, respeito à soberania e compromisso com a universalidade do direito à saúde.

3. Sinergias Brasil-China: complementaridade estratégica

A parceria entre Brasil e China no campo da saúde digital soberana não se baseia em relações assimétricas de doação ou dependência, mas em uma complementaridade estratégica profunda, enraizada nas capacidades institucionais, científicas e produtivas de ambos os países. Enquanto o Brasil oferece um sistema universal de saúde com escala continental, tradição consolidada em atenção primária e expertise técnica em engenharia biomédica de ponta, a China contribui com capacidade industrial avançada, infraestrutura digital robusta e uma visão clara de governança de dados soberana. Juntos, esses ativos formam as bases para uma cooperação Sul-Sul verdadeiramente horizontal — capaz de gerar inovações que sirvam tanto às populações brasileiras quanto chinesas, e que possam ser replicadas por outros países do Sul Global.

Do lado brasileiro, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um bem estratégico incomparável. Com mais de 200 milhões de usuários, décadas de registros clínicos e uma rede de atenção primária que alcança desde grandes centros urbanos até comunidades ribeirinhas e indígenas, o SUS constitui o maior laboratório vivo de saúde pública do hemisfério sul. Essa escala permite validar tecnologias em contextos epidemiológicos, socioeconômicos e geográficos extremamente diversos — algo que nenhum modelo treinado exclusivamente com dados de alta renda consegue reproduzir. Ademais, o Brasil dispõe de grupos de pesquisa públicos de alto nível, como o Grupo de Pesquisas em Computação Biomédica da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que desenvolve arquiteturas leves e eficientes de inteligência artificial, como as Deep-Wavelet Neural Networks (DWNN). Esses modelos conseguem diagnosticar câncer de mama com alta precisão, mesmo em hardware modesto e com conectividade limitada — características essenciais para a realidade periférica. Essa combinação de universalismo sanitário, ciência pública e inovação técnica é o alicerce sobre o qual pode se erguer uma IA verdadeiramente popular e soberana.

Do lado chinês, o diferencial reside na capacidade de transformar conhecimento em infraestrutura e produtos em escala. A China já consolidou uma cadeia produtiva verticalizada em equipamentos médicos, capaz de produzir desde sensores e chips até mamógrafos digitais, ressonâncias magnéticas e plataformas de telemedicina. Empresas como Mindray, United Imaging e Huawei Health não apenas dominam o mercado interno, mas exportam para mais de 190 países, adaptando suas soluções a contextos de baixo recurso. Além disso, o país investiu maciçamente em infraestrutura de nuvem soberana, com provedores estatais como Huawei Cloud e Alibaba Cloud operando sob rigorosas normas de proteção de dados — incluindo a exigência de armazenamento local e jurisdição nacional sobre informações sensíveis, conforme estabelecido pela Data Security Law (2021). Essa

postura contrasta fortemente com o modelo extraterritorial das plataformas ocidentais e oferece um caminho viável para países que buscam autonomia digital sem isolamento tecnológico.

Essa complementaridade abre espaço para três áreas de cooperação imediata, com alto potencial de impacto social e tecnológico.

Primeiro, o desenvolvimento conjunto de modelos leves de inteligência artificial para diagnóstico de doenças negligenciadas. Enquanto pesquisadores brasileiros trazem expertise em arquiteturas eficientes e conhecimento das necessidades do SUS, cientistas chineses dispõem de grandes volumes de dados clínicos (devidamente anonimizados e sob governança estatal) e laboratórios especializados em otimização de algoritmos para hardware embarcado. Uma parceria estruturada poderia resultar em modelos híbridos, treinados com dados brasileiros e chineses, capazes de diagnosticar câncer de mama, dengue, tuberculose e outras doenças endêmicas com alta robustez epidemiológica. Mais importante ainda, tais modelos poderiam ser disponibilizados sob licenças flexíveis ou de código aberto, rompendo com o modelo proprietário dominante e fortalecendo a autonomia dos sistemas públicos de saúde.

Segundo, a produção local de hardware médico com transferência de tecnologia. O Brasil tem expertise em sensores biomédicos, processamento de sinais e interfaces clínicas, mas depende criticamente de componentes eletrônicos importados. A China, por sua vez, pode fornecer sensores, placas de aquisição e chips com qualidade, custo competitivo e, crucialmente, disponibilidade para transferência de tecnologia. Projetos conjuntos poderiam incluir o desenvolvimento de termógrafos portáteis para triagem populacional de câncer de mama, monitores inteligentes para atenção primária ou dispositivos de baixo consumo energético para diagnóstico de dengue em áreas remotas. O design seria brasileiro; a fabricação, local, com apoio técnico e componentes chineses. Esse arranjo evitaria a simples montagem de kits importados e promoveria a reindustrialização do setor de saúde no Brasil.

Terceiro, a construção de uma plataforma federada de dados de saúde, na qual cada país mantém controle total sobre seus repositórios, mas permite acesso seguro e regulado para pesquisa colaborativa. Essa arquitetura respeitaria tanto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira quanto a Data Security Law chinesa, garantindo soberania jurídica e ética. Modelos já testados com sucesso em projetos de genômica entre o Instituto Butantan e o BGI Group demonstram que essa abordagem é viável. A plataforma poderia servir de base para validação cruzada de algoritmos, estudos comparativos de eficácia diagnóstica e desenvolvimento conjunto de protocolos de interoperabilidade — tudo sob governança paritária e com participação de pesquisadores, gestores e representantes da sociedade civil.

A parceria Brasil-China pode se tornar um exemplo concreto de multilateralismo produtivo e solidário — exatamente o tipo de projeto anti-hegemônico que os povos do Sul Global merecem.

Essas sinergias não devem ser vistas como transações comerciais pontuais, mas como projetos políticos de longo prazo, ancorados nos princípios da Declaração de Xiamen dos BRICS (2017) e da Agenda de Inovação BRICS (2021). Elas exigem mecanismos institucionais permanentes — como um Fórum Brasil-China de Inovação em Saúde Digital — e compromisso com a copropriedade intelectual, a capacitação técnica mútua e a produção local orientada por demandas nacionais. Quando guiada por esses princípios, a parceria Brasil-China pode se tornar um exemplo concreto de multilateralismo produtivo e solidário — exatamente o tipo de projeto anti-hegemônico que os povos do Sul Global merecem.

4. Cuidados e princípios para uma parceria equilibrada

A cooperação Brasil-China em saúde digital soberana oferece um horizonte promissor, mas exige clareza estratégica, maturidade institucional e firmeza na defesa dos interesses nacionais. A simples celebração de acordos técnicos ou a importação de equipamentos prontos não constituem soberania; podem, ao contrário, reproduzir novas formas de dependência

tecnológica disfarçadas de modernização. Para que a parceria seja verdadeiramente horizontal e mutuamente enriquecedora, é indispensável adotar princípios claros que evitem assimetrias estruturais e garantam o fortalecimento das capacidades endógenas brasileiras.

Em primeiro lugar, deve-se exigir copropriedade intelectual sobre os resultados gerados em projetos conjuntos. Quando financiados com recursos públicos — seja do BNDES, do FNDCT ou de agências chinesas —, os algoritmos, designs de hardware, bases de dados treinadas e protocolos de governança devem ser protegidos por regimes de licenciamento flexível, compartilhado ou aberto, especialmente no âmbito dos BRICS. Isso rompe com o modelo proprietário e opaco dominante no Ocidente e assegura que o conhecimento produzido coletivamente sirva ao bem comum, não a interesses privados. Modelos inspirados na Open COVID Pledge ou nas licenças BRICS Commons podem servir de referência, garantindo que inovações em diagnóstico de câncer, dengue ou tuberculose possam ser adaptadas, replicadas e melhoradas por outros países do Sul Global, sem barreiras legais ou custos proibitivos.

Em segundo lugar, toda cooperação deve incluir formação sistemática de quadros técnicos brasileiros. Não basta transferir máquinas ou softwares; é essencial capacitar engenheiros biomédicos, cientistas de dados, especialistas em segurança cibernética e gestores de saúde pública para operar, manter, auditar e inovar a partir das tecnologias introduzidas. Isso implica cláusulas explícitas de treinamento, estágios em laboratórios chineses, intercâmbio acadêmico bilateral e criação de centros de excelência regionais no Brasil, vinculados às universidades federais e ao SUS. A experiência vietnamita mostra que a exigência de formação local foi crucial para transformar a atração de investimentos estrangeiros em salto qualitativo na autonomia tecnológica nacional.

Em terceiro lugar, deve-se estabelecer metas claras de produção local progressiva. Acordos que privilegiam apenas a montagem de kits importados ou a instalação de plataformas fechadas correm o risco de criar ilhas tecnológicas sem raiz produtiva. O objetivo deve ser a internalização gradual da cadeia de valor: do design de sensores e chips à fabricação de dispositivos médicos, passando pela integração de software e pela manutenção da infraestrutura. O BNDES, por meio de suas linhas de crédito para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), pode desempenhar papel central nesse processo, condicionando financiamentos à nacionalização de etapas críticas da produção.

O BNDES, por meio de suas linhas de crédito para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), pode desempenhar papel central nesse processo, condicionando financiamentos à nacionalização de etapas críticas da produção.

Esses princípios devem estar alinhados aos marcos políticos já existentes no âmbito dos BRICS. A Declaração de Xiamen (2017) reafirma o compromisso com a “cooperação em ciência, tecnologia e inovação com base na igualdade, benefício mútuo e respeito mútuo”, enquanto a Agenda de Inovação dos BRICS (2021) destaca a necessidade de “fortalecer a capacidade de inovação independente dos países-membros” e “promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável”. A parceria Brasil-China deve ser interpretada como concretização desses compromissos, não como relação bilateral isolada, mas como contribuição ao projeto coletivo de soberania tecnológica do bloco.

Para dar concretude a essa visão, propõe-se a criação de um Fórum Brasil-China de Inovação em Saúde Digital, com participação paritária de representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), do Ministério da Saúde, do BNDES, de universidades públicas, de institutos de pesquisa e da sociedade civil organizada. Esse fórum teria como atribuições: definir prioridades estratégicas conjuntas; monitorar a execução de acordos; avaliar o impacto social e técnico das iniciativas; e garantir que a cooperação respeite os princípios de soberania, transparência e justiça sanitária. Sua existência institucionalizaria o diálogo, evitando a volatilidade das gestões e as pressões de curto prazo.

Por fim, é fundamental rejeitar a visão mercantilista que reduz a cooperação internacional a transações comerciais. A saúde digital soberana não é um setor

para exportação, mas um pilar do direito universal à saúde. A parceria com a China deve ser entendida como projeto político civilizatório, ancorado na tradição brasileira de universalismo sanitário e na doutrina chinesa de "comunidade com futuro compartilhado para a humanidade". Seu critério de sucesso não será o volume de negócios, mas a capacidade de reduzir filas no SUS, salvar vidas em regiões remotas, gerar empregos qualificados e elevar a complexidade produtiva do país.

Quando guiada por esses princípios, a cooperação Brasil-China pode se tornar um exemplo concreto de multilateralismo produtivo e solidário — exatamente o tipo de projeto anti-hegemônico que os povos do Sul Global merecem.

Conclusão

A parceria entre Brasil e China no campo da saúde digital soberana tem o potencial de se tornar um modelo concreto de multilateralismo produtivo e solidário — não como aliança instrumental entre governos, mas como projeto civilizatório compartilhado, ancorado na reciprocidade, no respeito à soberania e no compromisso com o direito universal à saúde. Enquanto o imperialismo digital liderado pelos Estados Unidos transforma corpos em dados extrativos e diagnósticos em mercadorias, a cooperação Sul-Sul entre Brasília e Pequim pode forjar uma alternativa: uma inteligência artificial treinada com dados locais, operada em infraestrutura regional, governada por critérios públicos e voltada às necessidades reais dos sistemas universais de saúde.

Essa perspectiva não é utópica; é estratégica. A saúde digital soberana é condição indispensável para a autonomia tecnológica, a justiça sanitária e a dignidade epistemológica dos povos do Sul Global. Ela permite que o SUS — maior sistema universal de saúde do hemisfério — deixe de ser mero consumidor de tecnologias importadas e se torne indutor de inovação endógena, capaz de gerar empregos qualificados, reduzir filas, salvar vidas em regiões remotas e elevar a complexidade produtiva do país. Ao mesmo tempo, fortalece a capacidade da China de traduzir sua doutrina de "comunidade com futuro compartilhado" em iniciativas concretas de cooperação horizontal, rompendo com a lógica extrativista que domina a governança digital global.

O momento é propício. Com a retomada do planejamento estatal no Brasil, a consolidação da Lei de Segurança de Dados na China e o avanço das iniciativas dos BRICS em ciência e tecnologia, há espaço para estruturar parcerias que vão além da simples troca comercial. O desafio agora é institucionalizar essa cooperação — por meio de fóruns permanentes, cláusulas claras de copropriedade intelectual, formação técnica mútua e produção local progressiva — garantindo que a inovação sirva ao povo, não ao capital monopolista.

Que nossa geração assuma essa missão com coragem e lucidez. Que construa uma inteligência artificial que cure, inclua e emancipe — jamais que domine, exclua ou explore.

Referências

ALMEIDA, C. Saúde, política externa e cooperação sul-sul em saúde: elementos para a reflexão sobre o caso do Brasil. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Saúde e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Disponível em: https://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-08.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRICS. IX BRICS Summit Leaders Xiamen Declaration. Xiamen, 4 set. 2017. Disponível em: https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/download/ix-brics-summit-leaders-xiamen-declaration-2017/. Acesso em: 19 fev. 2026.

_____. Saúde do BRICS aprova parceria para eliminar doenças socialmente determinadas e fortalece cooperação para vacinas. 17 jun. 2025. Disponível em: https://brics.br/pt-br/noticias/saude-do-brics-aprova-parceria-para-eliminar-doencas-socialmente-determinadas-e-fortalece-cooperacao-para-vacinas. Acesso em: 19 fev. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ (CEE). Ep.06 – Colonialismo digital, saúde e soberania tecnológica. 2025. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/video/ep-06-colonialismo-digital-saude-e-soberania-tecnologica/. Acesso em: 19 fev. 2026.

DE FREITAS BARBOSA, Valter Augusto et al. Deep-wavelet neural networks for breast cancer early diagnosis using mammary termographies. In: Deep learning for data analytics. Academic Press, 2020. p. 99–124.

DE FREITAS BARBOSA, Valter Augusto et al. Deep-Wavelets and convolutional neural networks to support breast cancer diagnosis on thermography images. Computer Methods in Biomechanics and Biomedical Engineering: Imaging & Visualization, v. 11, n. 3, p. 895–913, 2023.

DE SANTANA, Maíra Araújo; DOS SANTOS, Wellington Pinheiro. A deep-wavelet neural network to detect and classify lesions in mammographic images. Research on Biomedical Engineering, v. 38, n. 4, p. 1051–1066, 2022.

DE SANTANA, Maíra Araújo et al. Combining deep-wavelet neural networks and support-vector machines to classify breast lesions in thermography images. Health and Technology, v. 12, n. 6, p. 1183–1195, 2022.

ÉBOLI, Heuryk Wylk et al. DWNNet-Therm: A Deep Wavelet Neural Network Architecture Dedicated to Multiclass Classification in Breast Thermography. In: Brazilian Conference on Intelligent Systems. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025. p. 124–138.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia, 1961. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 50. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/12804.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Cooperação Sul-Sul entre Brasil e China: uma análise das transformações recentes. Brasília, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/323e96b9-b3f6-403f-8d96-e3a563a35ee5/download. Acesso em: 19 fev. 2026.

_____. Inteligência Artificial nos países do BRICS: soberania tecnológica e digital. Brasília, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/48633fbb-62ff-4a3c-9060-6f84950ad7a2/download. Acesso em: 19 fev. 2026.

LOSURDO, Domenico. A luta de classes: uma história política e filosófica. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2015.

_____. O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2019.

_____. Contra-história do liberalismo. Tradução de Giovanni Semeraro. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

_____. Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2017.

_____. Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. 3 v. São Paulo: Alfa-Omega, 2010.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). Brasil apresenta projeto do 1º hospital inteligente do SUS ao banco do BRICS. 9 jul. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/07/brasil-apresenta-projeto-do-1o-hospital-inteligente-do-sus-ao-banco-do-brics. Acesso em: 19 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI. Discurso de Xi Jinping, presidente da República Popular da China, na Reunião da Organização de Cooperação de Xangai. 2025. Disponível em: https://fpabramo.org.br/cooperacao-internacional/discurso-de-xi-jinping-presidente-da-republica-popular-da-china-na-reuniao-da-organizacao-de-cooperacao-de-shanghai-plus-2025/. Acesso em: 19 fev. 2026.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Data Security Law of the People's Republic of China. 10 jun. 2021. Disponível em: https://digichina.stanford.edu/work/translation-data-security-law-of-the-peoples-republic-of-china/. Acesso em: 19 fev. 2026.

SEIXAS, Jordana Leandro et al. From EEG Signals to Early Autism Spectrum Disorder Detection: Leveraging Quantum Deep-Wavelet Neural Networks for Precision Healthcare. In: 2025 IEEE Latin American Conference on Computational Intelligence (LA-CCI). IEEE, 2025. p. 1–6.

XI, Jinping. Texto na íntegra: Discurso do presidente chinês Xi Jinping sobre combate à fome e à pobreza. 24 nov. 2024. Disponível em: https://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202411/t20241125_11532812.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

_____. Texto na íntegra: Discurso do presidente chinês Xi Jinping sobre a comunidade com futuro compartilhado. 24 nov. 2024. Disponível em: https://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202411/t20241125_11532813.htm. Acesso em: 19 fev. 2026.

Wellington Pinheiro dos Santos *é doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina Grande (2009), Professor do Departamento de Engenharia Biomédica e Líder do Grupo de Pesquisas em Computação Biomédica, Universidade Federal de Pernambuco. É pesquisador colaborador do Cebrach.*

Cultura Hehe (和合): a filosofia da harmonia sem uniformidade nas relações China-Brasil e nosso futuro compartilhado

A partir da filosofia chinesa Hehe, da "harmonia sem uniformidade", Brasil e China encontram uma sabedoria comum para fortalecer sua amizade, enfrentar desafios globais como a fome e a crise climática e construir um futuro compartilhado baseado na cooperação, na soberania e no desenvolvimento sustentável.



Por Iago Montalvão

No alto de uma montanha no sudeste da China, numa região cujas tradições filosóficas e culturais remontam a mais de um milênio, onde monges taoístas e budistas construíram templos e elaboraram novas doutrinas, nasceu um conjunto de reflexões que, no final do século XX, passou a ser sistematizado sob o nome de "cultura Hehe" (和合). Os dois caracteres chineses podem ter múltiplos significados, mas, numa tradução simplificada, podem ser compreendidos como "harmonia" e "união".

Um dos princípios centrais dessa filosofia, herdado dos Analectos de Confúcio, é a expressão "harmonia sem uniformidade" (和而不同, hé ér bù tóng): elementos diferentes podem se unir ou conviver harmonicamente, preservando suas diferenças e criando novas sínteses. Esse princípio pode inspirar a cooperação e o intercâmbio cultural

entre os países, especialmente entre o Brasil e a China.

Ainda que tenha aspectos que podem entrar em tensão com o materialismo dialético, essa elaboração foi absorvida pelo Partido Comunista da China (PCCh) como parte importante da cultura milenar chinesa, sobretudo por meio dos escritos e discursos do secretário-geral do Partido e presidente da República Popular da China (RPC), Xi Jinping.

Esse princípio pode inspirar a cooperação e o intercâmbio cultural entre os países, e especialmente entre o Brasil e a China. De fato, para um brasileiro, a ideia soa muito familiar. O Brasil foi construído por muitos povos: os indígenas, que vivem em nossa terra há milhares de anos; os milhões de africanos trazidos à força pela escravidão, cuja resistência e cultura moldaram nossa música, nossa fé e nossa comida; posteriormente imigrantes europeus, árabes e asiáticos. Nossa cultura não é uniforme e nossa formação sociocultural vem justamente desse encontro e dos conflitos que o transformaram.

A China faz parte dessa história. Em 1812, agricultores chineses chegaram ao Rio de Janeiro para plantar chá no Jardim Botânico. Por exemplo, na Floresta da Tijuca, o mirante da Vista Chinesa homenageia sua memória. Nossa amizade é mais antiga do que nossas relações diplomáticas.

Essas relações começaram em 1974. Cinquenta anos depois, em 2024, os presidentes Xi Jinping e Lula decidiram construir uma comunidade de futuro compartilhado China–Brasil por um mundo mais justo e um planeta mais sustentável. É uma formulação interessante, porque põe centralidade em dois grandes desafios do nosso tempo, justiça e sustentabilidade. E é um passo concreto rumo a uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. Não por acaso, 2026 é o Ano Cultural China-Brasil, escritores, músicos, pintores e cineastas atravessam o oceano nos dois sentidos.

Somos duas grandes nações em hemisférios opostos, mas nossas histórias tem semelhanças importantes. O povo chinês conhece a dor da agressão estrangeira e a força de um povo que se levanta por sua soberania. O Brasil foi colônia por mais de trezentos anos e segue lutando por sua verdadeira independência. Nossa história é marcada pela resistência dos povos indígenas e dos africanos escravizados, e por uma longa luta por um caminho próprio de desenvolvimento.

Os dois povos sabem que uma nação só é verdadeiramente livre quando pode escolher o próprio caminho. E ambos são conhecidos por algo precioso, o calor com que acolhemos os outros.

Os dois países são ricos em recursos naturais e estratégicos para o futuro do planeta. O Brasil é o país mais biodiverso do mundo: abriga de 15% a 20% da biodiversidade do planeta e a maior parte da floresta amazônica. A China é líder mundial em energias renováveis e tecnologias limpas.

Os dois países são ricos em recursos naturais e estratégicos para o futuro do planeta. O Brasil é o país mais biodiverso do mundo: abriga de 15% a 20% da biodiversidade do planeta e a maior parte da floresta amazônica. A China é líder mundial em energias renováveis e tecnologias limpas. Poucas parcerias combinam tanta riqueza natural com tanta capacidade de transformação verde. Essa história e essas características compartilhadas nos dão uma responsabilidade compartilhada, sobretudo diante da crise climática.

Já temos bons exemplos. Desde 1988, China e Brasil constroem juntos os satélites CBERS, cujas imagens ajudam o Brasil a monitorar o desmatamento na Amazônia.

A cultura tradicional também importa aqui. A construção chinesa da Civilização Ecológica, inspirada na ideia de “unidade entre o céu/natureza e a humanidade” (天人合一 | tiān rén hé yī) e a sabedoria dos povos indígenas brasileiros, que protegem nossas florestas há milênios, dizem a mesma coisa, somos parte da natureza, não seus donos.

No ano passado, o Brasil sediou a COP30 em Belém, no coração da Amazônia. Sua principal decisão convocou a humanidade a se unir num “mutirão global” contra a mudança do clima. Mutirão é uma palavra de origem tupi, sem tradução direta para outros idiomas. De maneira simplificada, pode ser

explicada a partir do exemplo de quando uma família precisa construir uma casa e a comunidade se une para ajudar. Tem a ver com cooperação, atuação conjunta, mutualidade. É algo muito próximo do espírito Hehe, e é exatamente o que a crise climática exige.

O mesmo vale para a pobreza. Em quatro décadas, a China tirou cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza extrema, quase três quartos da redução global. O Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU em 2014, voltou a ele e, sob o governo do presidente Lula, saiu novamente em 2025. Quando o Brasil lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no G20, a China decidiu aderir. A fome não é um desastre natural. É um problema político, que pode ser resolvido com vontade política e cooperação.

Por isso a eleição de 25 de outubro importa para além das nossas fronteiras. Numa eleição democrática, o povo brasileiro reelegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para um quarto mandato. No dia seguinte, o Ministério das Relações Exteriores da China o felicitou e reafirmou a disposição de seguir construindo, junto com o Brasil, nossa comunidade de futuro compartilhado.

Esse resultado significa que o Brasil continuará defendendo o multilateralismo, a paz, o combate à fome e a proteção da Amazônia. Significa que a amizade entre o Brasil, a China e os povos do Sul Global continuarão a crescer. Num mundo marcado por guerras e unilateralismo, é um motivo de esperança.

Há um ditado chinês de que gosto muito: 众人拾柴火焰高 (zhòng rén shí chái huǒ yàn gāo) — quando todos trazem lenha, a chama sobe mais alto. No Brasil, temos o mutirão. Na China, há o Hehe. Palavras diferentes, de lados opostos do mundo, com a mesma sabedoria: nosso futuro é compartilhado, e só podemos construí-lo juntos.

Iago Montalvão *– é doutorando em Economia na Unicamp, pesquisador visitante na Universidade Fudan (Xangai) e integrante do Instituto BRICS+. Foi presidente da UNE entre 2019 e 2021. É pesquisador colaborador do Cebrach.*

Este texto foi apresentado originalmente como discurso no Hehe Culture Forum 2026 (Fórum de Cultura Hehe), realizado em Tiantai, Taizhou (China), em 27 de outubro de 2026.



Planejamento e mercado na China: como o Estado orienta os investimentos

O artigo analisa como o Estado chinês articula planejamento, regulação e mercado para orientar investimentos públicos e privados de acordo com as prioridades estratégicas do desenvolvimento nacional.



Banco Popular da China. Foto: Max12Max, CC BY-SA 4.0 (Wikimedia Commons)

Por Nilton Vasconcelos

Um dos elementos-chave do socialismo com características chinesas é o modelo de planejamento econômico e a dinâmica que tem contribuído para o cumprimento das metas nele estabelecidas, envolvendo não apenas o setor público mas também o setor privado. A definição das metas e o seu monitoramento abrangem variáveis macroeconômicas básicas, como juros, inflação, câmbio e emprego, mas também os investimentos nos setores prioritários, regiões do país, tecnologias e infraestruturas, em função dos objetivos estratégicos. Como o modelo evita que o mercado atue de forma a determinar um rumo para a economia diferente daquele pretendido pelo Estado? Como orienta os investimentos privados para os setores que correspondam às diretrizes do desenvolvimento estabelecidas no planejamento estatal?

Essas questões dizem respeito ao próprio conceito chinês de socialismo e ao papel que cabe ao Estado e ao mercado. As metas são construídas com participação da sociedade, do setor público e privado, bem como consultas diretas à população. Isso, porém, não é suficiente. A implementação das metas exige instrumentos capazes de estimular a convergência dos esforços para o seu cumprimento, sobretudo pelo setor privado. Neste aspecto é que se destaca a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), responsável pela coordenação do planejamento econômico e social, formulação de objetivos estratégicos e acompanhamento de sua execução. A capacidade de transformar os objetivos do planejamento em decisões concretas de investimento depende, portanto, da atuação coordenada de diferentes instituições, com atribuições específicas na formulação das políticas econômicas, na supervisão das empresas estatais e na regulação dos mercados.

A Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC, na sigla em inglês) também desempenha uma função relevante nesse processo, representando o Estado na condição de proprietário e supervisionando as empresas estatais não financeiras.

Ambas as comissões têm nível ministerial e foram criadas a partir do Plano de Reforma Administrativa aprovado pela Assembleia Nacional Popular em março de 2003, na virada dos governos Jiang Zemin e Hu Jintao. A decisão seguiu o documento "Opinião sobre o Aprofundamento da Reforma do Sistema de Gestão Administrativa e das Instituições" da Segunda Sessão Plenária do 16º Comitê Central do PCCh, em fevereiro de 2003.

A NDRC resultou da reestruturação da Comissão Estatal de Planejamento e Desenvolvimento criada em 1998, que, por sua vez, tem origem na Comissão Estatal de Planejamento, de 1952, responsável por conduzir os primeiros planos quinquenais. Com a reforma administrativa, o sistema de planejamento foi reorganizado. A NDRC passou a enfatizar a coordenação macroeconômica e estratégica, enquanto a execução das políticas ficou distribuída ente diferentes órgãos e níveis administrativos.

A mesma reforma de março de 2003 criou também a SASAC, resultante da incorporação de setores dispersos em diferentes estruturas de governo que tinham atribuições relacionadas ao controle da atividade das empresas estatais. Parte das funções da SASAC era de responsabilidade da Administração de Ativos Estatais, criada em 1988 e extinta dez anos depois.

A SASAC é a supervisora direta das estatais centrais que não são do setor financeiro – grandes bancos comerciais, seguradoras e gestoras de ativos, cuja supervisão é realizada pela Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China, criada em 2018 e reformulada sob a denominação de Administração Nacional de Regulação Financeira, em 2023. As empresas estatais de propriedade dos governos provinciais e municipais, por sua vez, são supervisionadas pelas SASACs dos respectivos níveis governamentais.

A política monetária permaneceu sob a condução do Banco Popular da China (PBoC), com instrumentos próprios e objetivos que precisam estar articulados com as demais políticas econômicas. A construção dos planos quinquenais tem participação ativa dos supervisores das diferentes áreas através de consultas mútuas. O plano coordenado pela SASAC para as empresas estatais centrais, ao final, guarda estreito alinhamento com o plano quinquenal nacional coordenado pela NDRC, e essa interação é crucial para o êxito do processo.

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001, era considerada estratégica para ampliar a presença da China no mercado internacional e atrair investimentos estrangeiros.

As reformas atendem, assim, às necessidades do processo de desenvolvimento. A reforma de 2003, em particular, ocorreu no curso do Décimo Plano Quinquenal (2001 – 2005). A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001, era considerada estratégica para ampliar a presença da China no mercado internacional e atrair investimentos estrangeiros. Embora a reforma administrativa de 2003 respondesse a objetivos mais amplos de reorganização do Estado, ela também levou em

conta compromissos específicos assumidos pela China no processo de adesão à OMC.

Entre as medidas previstas na reforma administrativa estavam a criação do Ministério do Comércio; a unificação das regras de comércio de toda a China, antes fragmentada; o estabelecimento de regras de transparência e previsibilidade; garantia de ampla divulgação às leis, regulamentos e medidas relacionadas ao comércio; além de definir parâmetros mais claros para os processos de aprovação e licenciamento, de modo a serem mais padronizados e previsíveis.

A China assumiu, ainda, o compromisso com medidas que minimizassem a intervenção direta no mercado, passando a atuar por meio de regulação. Com a criação da NDRC, o governo reorganizou as funções de planejamento, desenvolvimento e reforma, atribuindo maior ênfase à coordenação macroeconômica e estratégica.

Para compreender o alcance dessas mudanças institucionais, é necessário situá-las na trajetória mais ampla do planejamento econômico chinês, iniciada com os primeiros planos quinquenais e profundamente transformada a partir da Reforma e Abertura.

Não foi um percurso fácil. O Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) foi adotado pela Assembleia Nacional Popular a partir de uma versão inicial de 1951, ajustada diversas vezes até formular um plano para a industrialização da China, em especial a indústria pesada. Desde então sucessivos planos quinquenais perseguem objetivos abrangentes, com extraordinário crescimento econômico a partir do lançamento da Reforma e Abertura, com Deng Xiaoping. Os planos e as reformas foram decisivos na transformação da China em "fábrica do mundo" e em "polo de inovação". Depois da reorganização das funções de planejamento, coordenação macroeconômica e supervisão das estatais da reforma de 2003, novas reformas se seguiram: em 2008, criou-se o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação, retirando da NDRC a gestão direta de setores industriais; em 2013, transferiu-se para autoridades locais a aprovação de projetos de investimento, antes atribuída à NDRC; em 2018, criou-se a Administração Estatal de Regulação de Mercado (SAMR, na sigla em inglês); mantendo um processo continuado de reformas.

Ao longo desse processo, a NDRC consolidou sua atuação na coordenação estratégica e macroeconômica, enquanto outras instituições passaram a exercer competências específicas de regulação e fiscalização.

Dentre as reformas realizadas, deve ser destacada para os objetivos deste artigo, a reforma de 2018, apresentada na "Decisão do Comitê Central do PCCh sobre o Plano para o Aprofundamento da Reforma das Instituições do Partido e do Estado". A criação da Administração Estatal de Regulação de Mercado (SAMR), concentrou nesse órgão importantes atribuições de regulação do mercado e fiscalização antitruste, anteriormente distribuída entre distintos organismos.

Os planos e as reformas foram decisivos na transformação da China em "fábrica do mundo" e em "polo de inovação".

A reorganização institucional, entretanto, constitui apenas uma dimensão do sistema de planejamento. Sua efetividade depende também de instrumentos que influenciem as decisões dos agentes econômicos. No caso do setor privado, uma das estratégias consiste em identificar projetos prioritários e criar condições para atrair investimentos compatíveis com os objetivos de desenvolvimento.

Periodicamente a NDRC aponta um conjunto de projetos para o setor privado, alinhados com os planos quinquenais e as metas de longo prazo. Durante o 14º Plano Quinquenal (2021-2025), a NDRC fomentou políticas e medidas para incentivar o envolvimento do setor privado em 102 grandes projetos estruturais. Com esses projetos, buscava a participação de empresas privadas em projetos de construção de ferrovias, rodovias, portos, docas e estações, infraestrutura urbana, de digitalização, conservação de energia, geração de energia solar, eólica, biomassa e armazenamento de energia. Segundo o anúncio, as medidas buscavam estimular o investimento privado e ampliar a capacidade de geração de empregos.

Para estimular o interesse privado, o parecer divulgado pela NDRC estabelecia orientações para a proteção dos direitos de propriedade das

empresas privadas e dos interesses dos empresários, a prevenção da expansão desordenada do capital e a avaliação da coerência das políticas propostas com as orientações macroeconômicas. O objetivo era evitar iniciativas que pudessem impactar negativamente o estímulo do investimento privado.

Também no primeiro ano da vigência do 15º Plano Quinquenal (2026-2030), a NDRC recomendou 36 projetos de investimento para empresas privadas, abrangendo ferrovias, armazéns, energia eólica, armazenamento de energia, instalações de recarga e projetos de desvio de água. As diretrizes, mais uma vez, visavam criar condições favoráveis à participação do capital privado na implementação dos investimentos prioritários.

A experiência chinesa evidencia que o planejamento econômico, em uma economia de mercado complexa, não se limita à definição de metas e à elaboração de planos quinquenais. Sua efetividade depende da articulação entre instituições responsáveis pelo planejamento estratégico, pela política monetária, pela regulação dos mercados e pela supervisão das empresas estatais, bem como da capacidade de mobilizar o investimento privado em favor de objetivos de desenvolvimento.

A reorganização dessas funções ao longo das últimas décadas revela uma transformação dos instrumentos de intervenção estatal, e não o abandono do planejamento. Em vez de concentrar todas as decisões econômicas em um único órgão, o Estado chinês distribuiu competências entre instituições especializadas, procurando preservar a coordenação estratégica e ampliar sua capacidade de atuação em uma economia cada vez mais complexa.

Esse arranjo não elimina as tensões entre os objetivos públicos e a busca privada por rentabilidade, nem garante, por si só, o cumprimento das metas estabelecidas. Sua importância reside na construção de mecanismos institucionais para administrar essas tensões e orientar as decisões de investimento. É nesse esforço de articulação entre planejamento, mercado e direção estatal que se encontra uma das características centrais do modelo chinês de desenvolvimento.

Bibliografia

CHINA. Boletim do Conselho de Estado, n. 11. 2003. Plano de Reforma Institucional do Conselho de Estado. In https://www.gov.cn/gongbao/content/2003/content_62008.htm

CHINA. PCCh. Comunicado da Quinta Sessão Plenária do 15º Comitê Central do Partido Comunista da China. In https://cpc.people.com.cn/GB/64162/64168/64568/65404/4429268.html

CHINA. PCCh. Desvendando o sonho da industrialização: a formulação e implementação do primeiro Plano Quinquenal. In http://theory.people.com.cn/BIG5/n1/2021/1129/c40531-32294021.html#1

CHINA. Administração Geral de Alfândega. Estatísticas de Comércio exterior. In http://english.customs.gov.cn/Statics/e1718486-a343-48b6-8244-aec495fad50a.html#1

DIÁRIO DO POVO. Informação: As reformas institucionais do Conselho de Estado em 2003. Edição de 27 de fevereiro de 2013. In http://politics.people.com.cn/n/2013/0227/c70731-20619833.html

DIÁRIO DO POVO. O principal órgão de planejamento econômico da China convida o investimento privado em 36 projetos. Edição de 11 de setembro de 2026. Acesso em: 11/09/2026 https://en.people.cn/n3/2026/0911/c90000-20498662.html

NDRC. Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. Sobre o aprimoramento do ambiente político e o aumento do apoio ao investimento privado. 28 de outubro de 2022. Acesso em 10/10/2026. In: https://www.hainan.gov.cn/hainan/zchbbwwj/202302/f60703a8afcb46288cd7b1cd2cb6f1dc.shtml#1

XINHUA, Agência de Notícias. O Comitê Central do PCCh divulgou o “Plano para Aprofundar a Reforma das Instituições do Partido e do Estado”. Edição de 21 de março de 2018. In https://www.gov.cn/zhengce/2018-03/21/content_5276191.htm#1

Nilton Vasconcelos *é Doutor em Administração Pública e diretor de Relações Institucionais do Cebrach. Foi secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia*.

A Geoestratégia de Shenzhen: Modernização Industrial, Desenvolvimento Urbano e o Retorno de Hong Kong à República Popular da China

A história de Shenzhen revela que sua ascensão como polo tecnológico global não foi um milagre econômico repentino, mas o resultado de um projeto estatal de modernização ancorado em uma trajetória geoestratégica secular e na preparação para a reunificação de Hong Kong com a China.



Centro Financeiro de Shenzhen. Foto: Charlie fong - Own work, CC BY-SA 4.0 Wikimedia Commons

Por André Victor Mendes Rosa

Shenzhen, cidade situada no sudeste da República Popular da China, na província de Guangdong, é hoje um dos principais polos industriais, financeiros, científicos e tecnológicos do mundo. Com mais de 17 milhões de habitantes, ocupa a terceira posição entre as economias urbanas chinesas, atrás apenas de Xangai e Pequim, e sedia gigantes da tecnologia como Huawei, Tencent, DJI, BYD e ZTE, o que lhe rendeu o apelido de "Vale do Silício chinês". Faz fronteira com Hong Kong ao sul, e sua localização, na foz do Rio das Pérolas, sempre lhe conferiu um lugar de destaque nas rotas de comércio marítimo do sul da China.

Essa posição de vanguarda tecnológica costuma ser narrada como um fenômeno repentino: uma vila de pescadores que, em poucas décadas, teria se transformado em metrópole global por decisão isolada do governo central, a partir de 1979. Essa narrativa, contudo, é imprecisa. Como demonstra a pesquisa histórica sobre a região, Shenzhen não surgiu do nada — sua ascensão contemporânea é a

continuidade de um papel geoestratégico que a área já desempenhava havia séculos.

Um histórico geoestratégico secular

A região onde hoje se localiza Shenzhen já possuía relevância estratégica desde a Dinastia Qin (221-206 a.C.), quando integrava a chamada Nanhai Jun, ou Prefeitura do Mar do Sul, no processo de unificação territorial promovido pelo primeiro imperador chinês. Séculos depois, durante a Dinastia Song (960-1279), a área abrigou o Porto de Chiwan, entreposto marítimo estratégico na foz do Rio das Pérolas e porta de entrada entre o sul da China e o restante do mundo, testemunhado até hoje pelo Templo Chiwan Tianhou, ali erguido naquele período.

Antes mesmo da pesca de pérolas e da extração de madeira de incenso, a produção de sal já se destacava como a mais antiga atividade econômica da região, com registros de mais de mil anos de antecedência em relação a essas outras indústrias. Ao longo de toda a era imperial chinesa, o monopólio estatal sobre o sal financiou obras de grande porte, da Grande Muralha à Cidade Proibida, e a área que hoje corresponde a Shenzhen — conhecida historicamente pelos nomes de condado de Bao'an e, mais tarde, condado de Xin'an — manteve-se relevante tanto para o comércio quanto para a defesa do império, com a construção de cidades muradas e guarnições militares que protegiam a região.

Essa trajetória secular é o que explica, em boa medida, por que a região foi escolhida em 1979 para ser a vitrine da abertura econômica chinesa: não se tratava de um território sem história ou infraestrutura prévia, mas de uma área que já acumulava séculos de vocação comercial e estratégica, situada exatamente na fronteira com Hong Kong.

A Reforma e Abertura e a escolha de Shenzhen

O ponto de inflexão na história recente da região ocorreu com a política de Reforma e Abertura, iniciada pela liderança chinesa a partir de 1978, sob a condução de Deng Xiaoping. Em dezembro daquele ano, na Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, Deng defendeu que determinadas regiões do país deveriam se desenvolver "um passo à frente" das demais, abrindo-se ao aprendizado com países mais avançados em ciência, tecnologia e métodos de gestão. Ainda naquele encontro, ao apresentar uma lista de dez localidades possíveis para sediar experimentos econômicos, Deng mencionou Shenzhen em primeiro lugar.

As raízes dessa política remontam ainda ao projeto das Quatro Modernizações — abrangendo agricultura, defesa nacional, indústria e ciência e tecnologia —, formulado originalmente por Zhou Enlai e posteriormente elevado à condição de política de Estado sob Deng Xiaoping. Antes da decisão final, missões diplomáticas chinesas visitaram países da Europa Ocidental e teriam se reunido, ainda em 1978, com o governador colonial britânico de Hong Kong, Murray MacLehose, para tratar da viabilidade de cooperação econômica na região fronteiriça — encontro que resultou no "Relatório de Pesquisa Econômica de Hong Kong e Macau", primeiro documento a avaliar a instalação de bases de produção voltadas à exportação no antigo condado rural de Bao'an.

Em março de 1979, o Conselho de Estado aprovou a criação do município de Shenzhen, reunindo os 2.020 quilômetros quadrados do antigo condado de Bao'an — território que, à época, contava com pouco mais de 358 mil habitantes, distribuídos majoritariamente por vilarejos agrários. Em julho daquele mesmo ano, o Documento nº 50 do Comitê Central concedeu às províncias de Guangdong e Fujian a chamada "Política Especial, Medidas Flexíveis", autorizando a criação de zonas especiais em Shenzhen e Zhuhai. A escolha do termo "zona especial" não foi trivial: alternativas como "zona de processamento de exportação" ou "zona de livre comércio" foram descartadas por soarem excessivamente capitalistas ou por remeterem à terminologia usada em Taiwan; prevaleceu, por sugestão do então vice-primeiro-ministro Gu Mu, uma expressão de forte apelo patriótico, já usada para designar distritos administrativos especiais durante a guerra anti-japonesa.

Em agosto de 1980, o Quinto Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional aprovou formalmente o decreto que instituía a Zona Econômica Especial (ZEE) de Shenzhen, ao lado de Zhuhai e Shantou — às quais se somaria posteriormente Xiamen, na província de Fujian. Nascia ali o modelo que se tornaria o laboratório da abertura econômica chinesa.

Planejamento, fases de desenvolvimento e a economia do projetamento

A implantação da ZEE de Shenzhen não foi um processo espontâneo, mas resultado de planejamento estatal deliberado. Quando o município foi criado, em 1979, a infraestrutura local era praticamente inexistente — havia apenas setecentos trabalhadores da construção civil e três pequenas fábricas de concreto e tijolos —, o que levou o governo central a enviar cerca de vinte mil engenheiros para dar início às obras. Sob a liderança de Wu Nansheng, primeiro prefeito e secretário do Partido em Shenzhen, foi elaborado o primeiro Plano Diretor Abrangente de Construção Urbana da cidade, que definia o objetivo de erguer "uma zona econômica especial modernizada liderada pela indústria [...] como um novo tipo de cidade fronteiriça".

O desenvolvimento da cidade pode ser dividido em fases: entre 1979 e 1985, o desafio central foi construir uma cidade atrativa para investidores estrangeiros, com foco em indústrias de alta tecnologia e capital intensivo; já entre as décadas de 1980 e 1990, o planejamento voltou-se para a exportação e a atração de investimento estrangeiro direto, sobretudo de capital oriundo de Hong Kong, Taiwan e da diáspora chinesa. O modelo urbanístico adotado desde o primeiro plano diretor, de 1986, foi o chamado "linear agrupado", expandindo a cidade em aglomerados ao longo dos corredores de tráfego que hoje formam os distritos de Nanshan, Futian, Luohu e Yantian.

Esse processo de planejamento estatal, orientado à construção de utilidade e de valores de uso para a população, dialoga diretamente com o conceito de "economia do projetamento".

Esse processo de planejamento estatal, orientado à construção de utilidade e de valores de uso para a população, dialoga diretamente com o conceito de "economia do projetamento", formulado ainda em 1959 pelo economista brasileiro Ignácio Rangel para compreender as transformações no capitalismo e nas economias planificadas do século XX. Sob essa perspectiva, o projetamento é o modo de produção que situa a utilidade — e não apenas o lucro — no centro do cálculo econômico, cabendo ao plano e ao projeto estatal a função de mediar as relações entre benefício e custo. A trajetória de Shenzhen, marcada pela combinação entre iniciativa de mercado e forte direcionamento estatal — refletida em bancos públicos de desenvolvimento, empréstimos estatais bilionários a empresas como a Huawei e investimentos maciços em infraestrutura —, é hoje apresentada como exemplo dessa "Nova Economia do Projetamento" a serviço da modernização chinesa (Jabbour e Dantas, 2021).

A proximidade com Hong Kong e a recuperação do território

Se a escolha de Shenzhen respondia a necessidades de modernização econômica interna, ela também cumpria uma função geoestratégica de longo prazo: preparar as condições para a reintegração de Hong Kong à soberania chinesa. A cidade esteve sob domínio do Império Britânico por mais de um século, desde a assimétrica Primeira Guerra do Ópio (1839-1842), e sua devolução à China, prevista para 1997, era prioridade estratégica do Partido Comunista Chinês — tanto pela importância econômica do território quanto por seu valor simbólico como marco da reunificação nacional.

A proximidade geográfica entre Shenzhen e Hong Kong não foi acidental. Ao situar a Zona Econômica Especial exatamente na fronteira — com a área de Luohu, no cruzamento fronteiriço, designada como centro da ZEE —, a liderança chinesa criou uma plataforma de experimentação econômica capaz de absorver influências, práticas comerciais e capital vindos do território sob administração britânica, ao mesmo tempo em que preparava o terreno político para sua futura reincorporação. A construção de Shenzhen foi, nesse sentido, um elemento importante nas negociações entre a República Popular da China e o Reino Unido para a devolução de Hong Kong, o que ajuda a explicar por que a cidade recebeu prioridade em relação às demais Zonas Econômicas Especiais criadas no mesmo período.

O sucesso desse experimento também serviu para demonstrar, tanto interna quanto externamente, a viabilidade do princípio "Um País, Dois Sistemas", formulado por Deng Xiaoping em 1984 para orientar a futura relação entre a China continental — de orientação socialista — e os territórios de Hong Kong, Macau e, potencialmente, Taiwan, aos quais seria garantida a manutenção de seus sistemas econômicos capitalistas sob soberania chinesa.

Hong Kong foi efetivamente reintegrada ao controle chinês em 1997, consolidando um dos principais objetivos nacionais perseguidos desde o início da Reforma e Abertura.

Considerações finais

A trajetória de Shenzhen desafia a ideia de que seu desenvolvimento tenha sido um fenômeno espontâneo ou desconectado da história. Pelo contrário: a ascensão da cidade como polo tecnológico global — hoje sede de empresas como Huawei e Tencent, protagonista da tecnologia 5G e modelo de planejamento urbano inteligente baseado em big data e internet das coisas — é a continuidade de um papel geoestratégico que a região já exercia havia séculos, agora combinado a um projeto deliberado de modernização nacional. A escolha de Shenzhen como primeira Zona Econômica Especial da China, em 1979, respondeu simultaneamente a três objetivos: testar, em ambiente controlado, a coexistência entre planejamento estatal e mecanismos de mercado; atrair capital, tecnologia e expertise estrangeiros por meio da proximidade com Hong Kong; e preparar as condições econômicas e políticas para a reunificação territorial chinesa, consumada em 1997. Compreender essa história é fundamental para interpretar, com mais precisão, o papel que Shenzhen desempenha hoje na estratégia de desenvolvimento tecnológico e na projeção internacional da República Popular da China.

Referências

CARRION, Raul K. M. A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós-Revolução Cultural. 2004. Monografia (Aperfeiçoamento/especialização em História do Mundo Afro-Asiático) — Faculdade Porto-Alegrense de Educação Ciências e Letras, Porto Alegre, 2004.

DU, Juan. The Shenzhen experiment: the story of China's instant city. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2020.

HAYES, James. The Hong Kong Region: its place in traditional Chinese history. Journal of the Royal Asiatic Society Hong Kong Branch, v. 14, p. 108-135, 1974.

HU, Richard. The Shenzhen phenomenon: from fishing village to global knowledge city. Londres: Routledge, 2020.

JABBOUR, Elias. China: desenvolvimento e socialismo de mercado. Florianópolis: Labeur, 2020.

JABBOUR, Elias. China: socialismo e desenvolvimento — sete décadas depois. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2019.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Ignácio Rangel na China e a nova economia do projetamento. Economia e Sociedade, v. 30, n. 2, p. 287-310, 2021.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. Considerações iniciais sobre a "nova economia do projetamento". Geosul, v. 35, p. 17-42, 2020.

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MARKS, Robert B. Tigers, rice, silk, and silt: environment and economy in late imperial South China. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projetamento. In: RANGEL, Ignácio. Obras reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005. p. 355-446.

ROSA, André Victor Mendes. O desenvolvimento da metrópole chinesa de Shenzhen como inferência da nova economia do projetamento. Revista Princípios, n. 171, p. 94-108, set./dez. 2024.

ROSA, André Victor Mendes. Shenzhen além do mito: histórico geoestratégico e desenvolvimento no sudeste da China. Prajna — Revista de Culturas Orientais, v. 5, n. 8, jan./jun. 2024. ISSN: 2675-9969.

SCUDERI, Rafaelle. City growth and urban planning: encountering the challenges of population growth. In: JOHNSON, Cathryn; DAVIS, Lawrence S. (org.). The story of Shenzhen: its economic, social and environmental transformation. Nairobi: UN-Habitat, 2019. p. 54-65.

TIEXUN, Leng. Sobre as características fundamentais do princípio "Um País, Dois Sistemas". Revista de Estudos de "Um País, Dois Sistemas" (Edição Portuguesa), p. 53-64, 2012.

VOGEL, Ezra F. Deng Xiaoping and the transformation of China. Cambridge, Mass.: Belknap of Harvard University Press, 2011.

André Victor Mendes Rosa é d*outorando em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence-IBGE); especialista em Gestão do Esporte pela Universidade de São Paulo (USP), e licenciado em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-Uerj). É pesquisador colaborador do Cebrach.*

Desenvolvimento qualitativo: porque o crescimento do PIB não é um problema para a China

Da condição de "fábrica do mundo" ao atual modelo centrado em inovação, consumo interno e bem-estar, a China redefine sua estratégia de desenvolvimento ao substituir a busca por crescimento acelerado do PIB por um paradigma de crescimento de alta qualidade.

Por Thomaz José Portugal

Durante grande parte de sua trajetória recente, a China foi identificada como o motor do mundo, impulsionando o crescimento econômico por meio da produção em larga escala e do investimento massivo em infraestrutura. No entanto, nas últimas décadas, especialmente a partir do 13° Plano Quinquenal (2016-2020), a diretriz central da política econômica chinesa deixou de ser apenas o crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB), passando a enfatizar a qualidade do desenvolvimento.

O 13° PQ marcou essa inflexão de forma explícita: priorizou inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e reequilíbrio regional, buscando substituir o modelo baseado em exportações por um crescimento impulsionado pela demanda interna e pelo setor de serviços. O objetivo não era apenas crescer mais, mas crescer melhor, criando uma economia mais resiliente e menos dependente de ciclos externos.

A diretriz central da política econômica chinesa deixou de ser apenas o crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB), passando a enfatizar a qualidade do desenvolvimento.

O 14° PQ (2021-2025) reforçou essa tendência, incorporando conceitos como Prosperidade Comum e Dupla Circulação. O primeiro traduz o compromisso do governo com um crescimento mais equitativo, reduzindo disparidades entre regiões e grupos sociais por meio de políticas de redistribuição, investimentos em bem-estar e ampliação do acesso a serviços públicos, destacadamente a saúde. Já a dupla circulação representa a nova estratégia de inserção econômica da China no mundo: o mercado interno torna-se o principal motor de crescimento, enquanto o comércio e o investimento externos complementam e fortalecem esse movimento. Em conjunto, esses princípios indicam uma mudança de paradigma, de uma economia guiada sobretudo por exportações baratas e produção em massa, para um modelo centrado em consumo qualificado, inovação e autossuficiência tecnológica. Dessa forma, o país ajusta o ritmo do crescimento à necessidade de modernização, digitalização e sustentabilidade de longo prazo.

O 15° PQ (2026-2030), que começa a ser implementado agora, aprofunda essa lógica de crescimento de alta qualidade. Com foco em produtividade, inovação verde e inclusão social, ele coloca a China num patamar de desenvolvimento mais equilibrado, no qual o PIB deixa de ser o único termômetro de sucesso nacional. O país busca consolidar um modelo econômico sustentável, no qual bem-estar, estabilidade e liderança tecnológica substituem a antiga busca por taxas de dois dígitos.

Em suma, o crescimento do PIB não é um problema para a China porque seu significado foi redefinido, o objetivo não é maximizar números, mas alcançar um desenvolvimento qualitativo que combine eficiência econômica, coesão social e inovação contínua. Essa transição demonstra que a China vê o crescimento não como um fim em si mesmo, mas como instrumento de modernização e fortalecimento de longo prazo.

Thomaz José Portugal *é pesquisador, mestre e doutorando em Sociologia Política pelo IUPERJ/UCAM. É pesquisador colaborador do Cebrach.*

Contato:
www.cebrach.org
Instagram: @cebrach.oficial